



127 cavaleiros participaram nas tradicionais Cavalcadas de São Pedro



Avô Cantigas animou os mais pequenos

Festas da Cidade regressaram à Ribeira Grande

Por Tânia Durães
e Sara Tavares Almeida

O município da Ribeira Grande assinalou, este ano, o 41º aniversário de elevação a cidade, no dia em que as celebrações em honra de São Pedro, o padroeiro do concelho, atingiram o seu auge.

Com um vasto programa comemorativo, as Festas da Cidade mobilizaram milhares de pessoas, entre os passados dias 25 de junho e 3 de julho, e aliaram as vertentes religiosa e cultural a uma tradição secular.

As festividades foram inauguradas com a apresentação do livro “A escadaria da Consciência”, seguindo-se o espetáculo “Natureza Sobredotada”, que antecederam o concerto de João Pedro Pais, que se realizou no dia 26. Para o dia 28 ficou reservada a receção dos mordomos da Comissão de Festas de São Pedro 2022 na autarquia ribeiragrandense, para a entrega e colocação das Alâmpadas de São Pedro nas varandas da edilidade, uma ação que se replicou nas casas das pessoas e instituições que ajudaram na concretização do evento. Para Alexandre Gaudêncio, presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, o momento foi vivido com alguma emoção, devido ao regresso de uma tradição única. “Diz a história que estas flores e frutos foram os primeiros colhidos, depois de uma erupção vulcânica que houve, aqui, na ilha em 1563 e, ainda hoje, perpetua, mais especifica-



Câmara Municipal da Ribeira Grande acolheu as Alâmpadas nos Paços do Concelho

mente na Freguesia da Ribeira Seca”, referiu o edil, alertando para o facto de que, em 2022, “foram cerca de 1300 alâmpadas que foram produzidas, o que também revela a dimensão que, cada vez mais, esta festa está a ter”. O grandioso Desfile de Marchas de São Pedro, também teve palco neste dia e contou com a participação de nove grupos, que encheram as ruas da Ribeira Seca de cor e alegria.

No dia de São Pedro, 29 de junho, o concelho deu continuidade à tradição com as Cavalcadas Infantis, no período da manhã, seguindo-se as Cavalcadas de São Pedro, que, este ano, mobilizaram 127 cavaleiros e, pela primeira vez, na história, uma mulher foi a grande vencedora. Ainda nesse dia, realizou-se a Sessão Solene comemorativa do 41º aniversário da cidade da Ribeira Grande, que teve lugar no Tea-

tro Ribeiragrandense e ficou marcado pela presença das comitativas da Ribeira Grande de Santiago, Cabo Verde, e da Eslováquia. Mais tarde, a procissão de São Pedro encerrou o dia. O autarca destacou o facto de, extraordinariamente, esta se ter realizado este ano, devido aos dois anos de interregno impostos pela pandemia, porque a mesma só costuma sair à rua “de oito em oito anos, quando o dia 29 de junho

PUBLICIDADE

LUGAR ANUAL

BANCADA CENTRAL
ADULTO 100€ ~~120€~~
BANCADA AÇORES
ADULTO 50€ ~~60€~~

PREMIAÇÃO ATÉ 30 JULHO

BLAVOS ACQUINTADOS

*Unidade no preço externo. Consulte os Termos e Condições em: www.clubetripjaro.com



Apresentação do livro «A escadaria da Consciência» foi a primeira atividade do programa comemorativo



As Alâmpadas de São Pedro foram distribuídas pelas pessoas e instituições



As Alâmpadas servem para agradecer à fecundidade da terra e atrair sorte nas colheitas

coincide com o domingo”, enaltecendo que “todas as ruas da Freguesia da Ribeira Seca, onde se realiza a procissão, estavam devidamente enfeitadas e havia muita gente na rua. (...) Foi mais um momento no qual as pessoas revelaram a sua religiosidade, em particular, mas que também deram um colorido muito diferente à nossa cidade”. A apresentação da exposição e roteiro dos “500 anos do Nascimento de Gaspar Frutuoso”, que aconteceu no edifício dos Paços do Concelho, marcou o dia 30 de junho, ao passo que, no dia seguinte, o município abriu as portas ao Avô Cantigas, o sênior mais querido de Portugal, que agraciou os ribeiragrandenses com um concerto no Largo Gaspar Frutuoso, que antecedeu o espetáculo LAUDUM DEI, que teve lugar na Igreja do Santíssimo Salvador do Mundo, na Ribeirinha. O concerto de Sara Cruz que estava agendado para este dia, acabou por ser adiado para o dia seguinte, devido às questões climáticas. Assim, no dia 2 de julho, o Largo Hintze Ribeiro foi o palco de inúmeros espetáculos musicais, que foram protagonizados por “Terras de Bruma”, Sara Cruz e o DJ Luís Paiva. Já o último dia foi dedicado ao comércio, com animação para os mais pe-



Foram produzidas cerca de 1300 Alâmpadas de São Pedro



Marchas de São Pedro saíram à rua



Procissão realizou-se excepcionalmente este ano, na quarta-feira



Igreja de São Pedro, na Ribeira Seca

quenos e graúdos, terminando com o Desfile de Marchas de São Pedro, na Rua Direita, na Ribeira Grande. No cômputo geral, o edil ribeiragrandense fez um balanço muito positivo, ressaltando que as festas superaram “as expectativas, não fosse o tempo e teríamos muito mais gente a assistir aos diversos concertos musicais. Tivemos, aqui, alguns artistas nacionais, e que também ajudaram a repor a retoma económica. Estive a fazer um balanço junto de alguns comerciantes e todos eles garantiram-me que foram umas festas muito positivas e já há muito tempo que estavam à espera de

enchentes, para que pudessem faturar, por isso ficaram muito satisfeitos pela forma como a Câmara Municipal organizou as festas, trazendo sempre muita gente, o que significou, também, uma mais-valia para o comércio local”.



Sessão Solene do 41º aniversário de elevação da Ribeira Grande a cidade decorreu no Teatro Ribeiragrandense



Espetáculo Natureza Sobredotada



Presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal da Ribeira Grande participaram na procissão, ao lado de autarcas das freguesias locais

PUBLICIDADE



Cervejaria Snack Bar São Pedro

Rua Mourato 2C
9600-224 Ribeira Seca RGR
Telefone 296 918 131
Telemóvel 910 071 808

Almoços
Jantares (só por reserva)
Eventos

DESFILE TROUXE MAIS DE 1500 PESSOAS PARA A RUA

Marchas coloriram a Ribeira Seca

O Desfile das Marchas de São Pedro ocorreu na noite de 28 de junho, no âmbito das comemorações do 41º aniversário da elevação da Ribeira Grande a cidade. Nove marchas encheram as ruas da Ribeira Seca, numa atividade que juntou mais de 1500 participantes. Alexandre Gaudêncio, presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, mostrou-se feliz com o retomar da normalidade e o perpetuar da tradição e destacou a importância do evento na economia local, bem como na atração turística que representa.

Por Sara Tavares Almeida

No vasto programa das comemorações do 41º aniversário da elevação da Ribeira Grande a cidade, o Desfile das Marchas de São Pedro, que se realizou na noite do dia 28 de junho, destacou-se. Após dois anos de interregno forçado, devido aos constrangimentos impostos pela proliferação da pandemia da Covid-19, a cor e a alegria tradicionais das marchas voltaram às ruas da Ribeira Seca, num percurso que terminou junto à Igreja de São Pedro.

Para Alexandre Gaudêncio, presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, as marchas, à semelhança de outras atividades que ocorreram nesta semana festiva, representaram “a retoma da atividade cultural, algo que se esperava há muito tempo”.

Este ano, o desfile contou com a participação de nove marchas, todas da Ribeira Grande, “trata-se de um novo recorde, nunca tivemos tantas marchas do concelho a participar, o que também revela que havia essa ansiedade de retomar esta atividade”, referiu o autarca ribeiragrandense. O presidente do município também destacou a quantidade de pessoas que, apesar de não participarem diretamente na atividade, fizeram questão de ir para as ruas, assistir: “foi um momento bastante impactante



André Mendonça, presidente da Junta de Freguesia da Matriz, também participou no desfile



Marchas de São Pedro regressaram depois de dois anos de interregno

porque tivemos muita gente nas ruas, o que também é de salutar, aliás, até posso dizer que a quantidade de pessoas que assistiram superou as expectativas, portanto, para nós, o retomar das marchas, além da componente cultural, também tem essa componente social que, ao fim e ao cabo, tem a ver com a retoma da normalidade que eu já referi”. O desfile foi, ainda, acompanhado pelas filarmónicas do município, e, ao todo, contabilizaram-se mais de 1500 participantes.

Esta é uma atividade organizada, anualmente, pela Câmara Municipal da Ribeira Grande e na qual as instituições participam apenas no âmbito de entretenimento e do manter das tradições, uma vez que não são decretados vencedores.

Alexandre Gaudêncio salientou, também, que o facto de ter vindo muita gente assistir às marchas, representou uma ajuda económica para o comércio local. De destacar, ainda, a presença de muitos turistas nas festividades. “Quem nos visita gosta de ver estas tradições locais. Quer as alâmpadas, as Cavalhadas, as marchas, são tradições muito locais, aqui da Ribeira Grande. Temos assistido, cada vez mais, às pessoas, principalmente, aos turistas procurarem essa autenticidade, diria até, o que, para nós, é relevante, porque representa o que de melhor temos para oferecer”, concluiu o autarca.



Miúdos e graúdos coloriram esta freguesia da Ribeira Grande



O desfile percorreu as ruas da Ribeira Seca



Esta edição contou com a participação de nove marchas



Mais de 1500 pessoas saíram à rua para admirarem tradição

A full-page background image of a male surfer with tattoos, wearing colorful boardshorts, riding a wave. The surfer is in a crouched position, leaning forward, with a large splash of white water behind him. The ocean is a deep blue, and the sky is a lighter blue with some clouds.

The logo for the Azores, featuring a stylized white surfboard with the word "AZORES" written vertically on it. The surfboard is flanked by two white, stylized wave-like flourishes.

RIBEIRA GRANDE

— *Capital do Surf* —

RIBEIRA GRANDE
SÃO MIGUEL ISLAND
AZORES

VISITE-NOS
VISIT US

MILHARES DE PESSOAS ASSISITIRAM AO DESFILE DOS CAVALEIROS QUE PERCORRERAM AS ARTÉRIAS DA CIDADE

Cavalcadas de São Pedro: mais de 450 anos de história revividos pelos ribeiragrândenses

Depois de dois anos de interregno, as tradicionais Cavalcadas de São Pedro mobilizaram milhares de pessoas que, no passado dia 29 de junho, saíram à rua para admirarem o desfile, que partiu do Solar da Mafoma, na Ribeira Seca, até à Igreja com orago daquele santo e à cidade da Ribeira Grande. Este ano, foram 127 os cavaleiros, entre lanceiros, mordomos, peões, corneteiros e o rei, que envergaram os seus melhores trajes, para honrarem um legado que tem cerca de 459 anos de história.

Por Tânia Durães

A história das Cavalcadas de São Pedro remonta a 1563, ano em que o vulcão do Pico do Sapateiro entrou em atividade, deixando a Ribeira Seca quase totalmente subterrada e a ribeira seca. No entanto, a lava rodeou a Ermida de São Pedro, deixando a imagem intacta, o que, na altura, foi considerado por muitos como sendo



Da varanda dos Paços do Concelho, Alexandre Gaudêncio admirou as Cavalcadas de São Pedro

um milagre.

Anos mais tarde, outro vulcão entrou em erupção e o Governador da Ilha, que vivia em Vila Franca do Campo, lembrou-se do fenómeno ocorrido na Ribeira Seca e prometeu que se o seu palácio e a sua esposa, que estava grávida, sobrevivessem, visitaria São Pedro todos os anos, enquanto tivesse vida, no seu dia, 29 de junho. Apesar da grande destruição causada

pela crise vulcânica, a família e o palácio do Governador foram poupados, pelo que a 29 de junho dirigiu-se em longa procissão com os seus vassallos, mordomos do Espírito Santo e peões, envergando os seus melhores trajes. Chegados à ermida, o fidalgo declamou em quadras evidenciando a vida do santo, deu sete voltas ao adro, em representação dos sete dons do Espírito Santo, e dirigiu-se para a Ri-

beira Grande, onde deu três voltas à Igreja do Espírito Santo e três à Ermida de Santo André, irmão de São Pedro. Com o passar dos anos, cada vez mais o povo se juntou a este cortejo e, após a morte do Governador, como a devoção já era grande, o desfile continuou a ser celebrado.

Atualmente, as Cavalcadas concentram-se, durante a manhã do dia 29 de junho, junto ao Solar da Mafoma, saindo em desfile até à Igreja de São Pedro. O percurso continua com destino à cidade da Ribeira Grande, realizando-se, ainda, as três voltas à Igreja do Espírito Santo e à Ermida de Santo André.

Englobadas na tradição, estão também as Cavalcadas Infantis, que se iniciam a partir das 12 horas e habitualmente reúnem mais de 50 crianças, trajadas a rigor e montadas em cavalos de madeira.

Por conseguinte, Alexandre Gaudêncio, presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, revelou, em entrevista exclusiva ao AUDIÊNCIA, que "as Cavalcadas são uma tradição secular, aliás, não há memória de que



Pela primeira vez, este ano, foi uma cavaleira a grande vencedora



A tradição voltou a ser revivida, depois de dois anos de paragem, fruto da pandemia

PUBLICIDADE



**PIROTECNIA
OLEIRENSE**

**ARTIGOS DE VENDA LIVRE,
INCLUINDO OS TRADICIONAIS FOGUETES (ROQUEIRA E BOMBÃO)**

☎ 296 587 778 ✉ glourenco@pirotecnia-oleirense.pt



tenham sido interrompidas ao longo da sua história, a não ser nestes dois últimos anos devido à pandemia, mas também foi com muita ansiedade que as pessoas estavam à espera deste momento”.



tenham sido interrompidas ao longo da sua história, a não ser nestes dois últimos anos devido à pandemia, mas também foi com muita ansiedade que as pessoas estavam à espera deste momento”.

Assim, depois de dois anos de interregno, esta edição de um legado que cerca de 450 anos, contou com a participação de 127 cavaleiros, devidamente trajados. “Tivemos cerca de 50 participantes que foram pela primeira vez e cerca de metade dos participantes com menos de 20 anos, o que revela que é uma tradição que está para ficar”, explicou o edil ribeiragrandense, sublinhando que “nós atribuímos prémios aos melhores cavaleiros e, pela primeira vez na história das Cavalhadas, quem ganhou foi uma senhora, o que também revela que estamos a acompanhar os novos tempos, em particular a questão da igualdade de género, e este foi um facto evidenciado por todos e muito aplaudido”. Assegurando que se tratou de um percurso com quatro ou cinco horas, como manda a tradição, o autarca admitiu que “foi comovente vermos que, ao fim deste tempo todo, estávamos, finalmente, a retomar à normalidade”. As Cavalhadas de São Pedro, na Ribeira Seca, fazem parte do roteiro cultural de São Miguel. “Tivemos muitas pessoas a assistirem, o que excedeu



**HERDEIROS
AGOSTINHO
FERREIRA
MEDEIROS
Lda**

Fábrica de Blocos, Britas, Betão, Arvia e Vigas, Serração de Pedra e Granitos

Fabrica: Estrada Regional da Ribeira Grande
Sede: Largo de São Pedro, nº10
9600-215 Ribeira Seca - RGR

Telef. 296 490 160 Fax 296 490 167

SISTEMA CERTIFICADA
eic
ISO 9001
 Substituto
 certificação
 acreditada
 INSTITUTO PORTUGUÊS DE QUALIDADE

Sistema Controlo Produção de Betão conforme a NP EN 206.

Produção e Comercialização de Betão Pronto, Agregados, Blocos, Abóbodilhas, Vigotas e Rocha Ornamental.

ALEXANDRE GAUDÊNCIO DESTACOU O REGRESSO DAS FESTIVIDADES E A VONTADE DE ESTREITAR LIGAÇÕES COM CIDADES IRMÃS

“Mais do que meras festas de rua, têm sido verdadeiros momentos de partilha e convívio”

A Ribeira Grande comemorou, no passado dia 29 de junho, no Teatro Ribeiragrandense, o seu 41º aniversário de elevação a cidade. Esta data foi festejada junto da comunidade ribeiragrandense, com um programa recheado de atividades, que decorreram de 25 de junho a 3 de julho e incluíram as tão ansiadas Festas da Cidade, que regressaram, depois de dois anos de interregno, fruto da pandemia que assolou o país e o mundo. A tradicional sessão solene, que se realizou no dia de São Pedro, padroeiro do concelho, e do Feriado Municipal, foi um dos pontos altos das celebrações e culminou com a entrega da Medalha Municipal de Mérito a José Carreiro de Almeida, professor, filantropo e benemérito, a título póstumo, e da distinção de Cidadão Honorário a Liliana Lopes e Luís Silva, responsáveis pela Praça do Emigrante.

Por Tânia Durães

A celebração do 41º aniversário da elevação da Ribeira Grande a cidade culminou com uma sessão solene, que decorreu no passado dia 29 de junho, no Teatro Ribeiragrandense. A cerimónia ficou marcada pela presença de Nelson Moreira, presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago, em Cabo Verde, cidade irmã do concelho ribeiragrandense, José Gomes da Veiga, presidente da Assembleia Municipal da Ribeira Grande de Santiago, Zuzana Vieira, cónsul honorária da República Eslovaca nos Açores, Danko Já, presidente da Câmara Municipal de Martin, na Eslováquia, Duarte Freitas, secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, João Bosco Mota Amaral, antigo presidente da Assembleia da República, antigo presidente do Governo dos Açores e cidadão honorário da Ribeira Grande, José Luís Pontes, presidente da Assembleia Municipal da Ribeira Grande, Pedro Furtado, vice-presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, vereadores e presidente de Junta da Ribeira Grande, assim como representantes de instituições, entidades civis e militares.



Alexandre Gaudêncio, presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande



Duarte Freitas, secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública



José Carreiro de Almeida, foi agraciado com a Medalha Municipal de Mérito, a título póstumo, um galardão que foi recebido por Onésimo Teotónio de Almeida



José Luís Pontes, presidente da Assembleia Municipal da Ribeira Grande

A Ribeira Grande afirma-se como sendo uma das principais cidades e concelhos regionais, assim como um caso de sucesso nacional, pelo crescimento e pela sua irreverência, ao transformar-se num local agradável e com plenas condições para se viver, trabalhar ou visitar.

Este que foi um dos pontos altos das comemorações do 41º aniversário da ascensão da vila criada no reinado de D. Manuel I, a 4 de agosto de 1507, à categoria de cidade, a 29 de junho de 1981, festejado no Dia de São Pedro e do Feriado Municipal, data em que se realizaram as tradicionais Cavalhadas e procissão, contemplou a distinção de três personalidades, que se destacaram pelos seus feitos em prol do muni-



A sessão solene do 41º aniversário da elevação da Ribeira Grande a cidade decorreu no Teatro Ribeiragrandense



Foram inúmeras as individualidades que marcaram presença no evento

cípio ribeiragrandense.

As intervenções protocolares foram inauguradas por Nelson Moreira, presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago, em Cabo Verde, cidade irmã do concelho ribeiragrandense, que fez questão de afirmar que “é uma grande honra e um grande privilégio estar aqui convosco neste instante, comungando da vossa amizade, da vossa essência e da vossa bravura”.

Assegurando que “podem contar comigo e com as forças vivas do município da Ribeira Grande de Santiago, não só para o fortalecimento dos laços históricos dos nossos municípios geminados, mas também para fazermos ecoar nos corações dos cabo-verdianos a essência, a dimensão deste povo irmão de Cabo Verde, porque, assim, fortalecemos uma nova agenda, uma agenda que incluía, ainda mais, as comunidades, mas, sobretudo, que incluía o setor privado de ambos os municípios, Ribeira Grande e Ribeira Grande de Santiago, de ambas as ilhas, São Miguel e Santiago, e de ambos os arquipélagos, Açores e Cabo Verde, bem como toda a nossa família atlântica. É

hora de fortalecermos os nossos laços de irmandade e de pertença, que nos unem desde sempre e para sempre”. Também José Luís Pontes, presidente da Assembleia Municipal da Ribeira Grande, foi convidado a dirigir algumas palavras aos presentes, salientando que “a nossa Ribeira Grande tem um passado de que se orgulha e um presente edificado a pulso, pelas pessoas que cá viveram e vivem, cabendo, agora, a nós, olhar para o futuro que se quer alcançar”.

Aproveitando a presença de Duarte Freitas, secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, o presidente da Assembleia Municipal da Ribeira Grande, deu voz aos anseios dos ribeiragrandenses, reclamando, junto do Governo Regional dos Açores, uma atenção especial pela Ribeira Grande. “Temos de ser audazes e saber agarrar as oportunidades, importa criar parcerias e estimular investimentos privados, abraçar o turismo e aproveitar bem as verbas comunitárias. Para finalizar, não posso deixar passar esta oportunidade para me dirigir aos mais jovens, deixando uma palavra de alento e confiança a

estes: o futuro do concelho é vosso, o meu mais profundo agradecimento a todos os presentes, parabéns a todos os ribeiragrandenses”, concluiu José Luís Pontes.

Por outro lado, foi o discurso de Alexandre Gaudêncio, presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, que roubou a atenção do público. “Após dois anos conturbados, devido à pandemia, que a todos nos obrigou a reconfigurarmos este formato de cerimónia, é com redobrada alegria que estamos de novo juntos, para festejarmos mais este aniversário. Na preparação destes festejos, tivemos em conta uma série de pressupostos, entre os quais a organização das denominadas festas populares, para dar um claro sinal da retoma da atividade cultural, mas principalmente para dinamizar, de novo, a nossa cidade e o nosso tecido empresarial. Mais do que meras festas de rua, têm sido verdadeiros momentos de partilha e convívio, num claro sinal de sentimento de pertença à nossa terra”, sublinhou o edil.

Mencionou o plano turístico traçado, em 2015, para o concelho, e as dificuldades impostas pela proliferação da Covid-19 em Portugal e no mundo, o autarca ribeiragrandense ressaltou que “trabalhar em equipa, sem olhar a cores partidárias, a clubes de futebol, ou a quezílias pessoais, foi a grande lição que tiramos da pandemia. É no contexto do trabalho em equipa, que julgo que podemos ultrapassar as dificuldades que se avizinham”.

Evidenciando que “vivemos, claramente, num mundo de incertezas e temos de nos adaptar rapidamente às circunstâncias de eventos, como a guerra que está a decorrer, infelizmente, na Ucrânia, porque está a afetar o nosso dia a dia, principalmente o nosso poder de compra. É, por isso, determinante reagirmos rapidamente com sensatez, mas com um espírito de responsabilidade e de compromisso para com o presente, mas, acima de tudo, sem nunca comprometermos as gerações futuras”.

Para Alexandre Gaudêncio, “a sessão solene deste ano investe-se de uma particular importância, devido a este contexto internacional peculiar e nada melhor do que debruçarmos sobre este tema, tendo por base as nossas relações com as nossas cidades irmãs”.

Por conseguinte, o presidente da autarquia ribeiragrandense deu o exemplo da parceria “com a Ribeira Grande de Santiago, onde há já um acordo firmado há 12 anos, que merece ser trazido à luz dos novos tempos e partirmos para a ação, com objetivos muito concretos, que poderão ajudar a melhorar ambos os territórios. Falando particularmente de Cabo Verde e da Cidade Velha, como é particularmente conhecida esta nossa cidade irmã, há todo um potencial a tirar, a



Luís Silva foi agraciado com o Diploma de Cidadão Honorário da Ribeira Grande



Liliana Lopes recebeu o Diploma de Cidadã Honorária da Ribeira Grande



No final da cerimónia, reuniram-se todos no foyer do Teatro Ribeiragrandense para brindarem à Ribeira Grande

começar pela projeção turística. Queremos divulgar a nossa Ribeira Grande lá, porque é um mercado onde chegam, todos os anos, milhões de turistas, mas, também, ao nível dos nómadas digitais, onde já existe uma comunidade com excelentes condições proporcionadas pelas entidades locais. Neste âmbito, posso anunciar, que iremos lançar a nossa campanha, para atrair este público, nos próximos dias, também ao nível do ensino e do intercâmbio escolar, sem esquecer a agricultura e a divulgação dos nossos produtos no mercado de Cabo Verde, onde temos já uma porta aberta, através de empresários locais. Outro aspeto tem a ver com a proteção civil, onde os nossos bombeiros podem e devem ajudar os nossos irmãos, com formação e intercâmbio de conhecimentos. Como se vê, há todo um potencial de oportunidades por explorar e, (...) neste contexto, gostaria de enaltecer a presença, aqui, hoje, do presidente da Câmara Municipal de Martin, da República Eslovaca, que veio a convite do consulado daquele país. Fica o desafio e o desejo também, de estabelecermos pontes de ligação”.

Posteriormente, o edil dirigiu as suas palavras ao secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, apelando para o facto de haver “um novo quadro comunitário de apoio à porta, que tem sido fundamental para o desenvolvimento das vilas e das cidades. Sei que está sensível à agilização do funcionamento dos novos fundos, que aí vêm e, por isso, gostaria de reforçar essa impor-



Nelson Moreira, presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago, em Cabo Verde



Luís Martins, aluno do Conservatório Regional de Ponta Delgada, que encerrou a sessão, ao piano

tância. Não nos faltam ideias para projetos e até estratégias, o que nos falta mesmo é o financiamento e a rapidez da aprovação de verbas, que possam materializar os nossos objetivos. Fiquem, por favor, com essa nota, sob pena de se perder, novamente, uma excelente oportunidade de dotarmos as autarquias de recursos financeiros, para executarem as obras que são relevantes, para o desenvolvimento das terras. Até lá, aposte nas autarquias locais, para melhorar a execução orçamental da região e uma das soluções poderá passar, por exemplo, por delegar, nas Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais, projetos e obras ao abrigo dos contratos ARAAL. Desta forma, estará a potenciar, ainda mais, o investimento local e a salvaguardar o interesse de todos, porque um euro investido por uma Junta ou uma Câmara tem muito mais retorno, do que investido pela administração regional. Queira, por isso, olhar para estes desafios com o cuidado e sentido de responsabilidade que o caracteriza e que poderá ser uma imagem de marca do XIII Governo dos Açores”.

Neste seguimento, Duarte Freitas, afirmou durante a sua intervenção, em representação do presidente do Governo dos Açores, José Manuel Bolieiro, que o executivo está a fazer um esforço, para manter o montante destinado aos municípios, no novo quadro comunitário de apoio. “Quero dar nota que da parte do XIII Governo Regional, na fase em que estamos de negociação dos fundos plurianuais da União Europeia, para o horizonte de 2030, temos feito um enorme esforço, para saber corresponder àquilo que são os compromissos do Governo e do senhor presidente. Vamos destinar ao sistema de incentivos 360 milhões de euros no próximo quadro comunitário, mais 10 milhões do que no anterior quadro. Em relação às autarquias locais, no atual quadro que está finalizado tivemos 160 milhões de euros e, ainda que exista alguma dificuldade e a execução possa não chegar a este valor, o XIII Governo propôs que fos-

sem alocados também às autarquias locais 160 milhões de euros. Saibamos todos aproveitar estas oportunidades”, asseverou o secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, aludindo que “é um enorme esforço que estamos a fazer, porque vivemos momentos muito difíceis. (...) Temos de ser, e temos sido, resilientes, mas temos de ser ainda mais capazes, para não perdermos as oportunidades que vamos ter pela frente. (...) Temos de olhar para o futuro com uma estratégia que nos dê, também, esperança e mudança paradigmática, porque se continuarmos a fazer as mesmas coisas os resultados, tendencialmente, serão idênticos e nós queremos mais, nós temos mais ambição”.

Garantindo que se está a fazer mais e melhor na Ribeira Grande, o autarca mencionou, ainda, que Alexandre Gaudêncio “é bem a face de um concelho jovem, dinâmico, cheio de pujança, vontades e ânsias de futuro e é esse futuro que tem sido agarrado, aqui, na Ribeira Grande e que é um exemplo para todos os Açores”.

Após as mais diversas exposições, decorreu um momento, que brindou os presentes com as homenagens da Câmara da Ribeira Grande. O professor, filantropo e benemérito picopendense José Carreiro de Almeida, foi agraciado com a Medalha Municipal de Mérito, a título póstumo, um galardão que lhe foi atribuído, segundo Alexandre Gaudêncio, “por ter sido um exemplo de dedicação e de entrega à causa pública, tendo sido inúmeros os atos que praticou durante a sua vida, para proporcionar melhores condições às nossas instituições e àqueles que mais precisavam. Esta recompensa foi recebida pelo seu sobrinho, professor Onésimo Teotónio de Almeida, pelas mãos de Duarte Freitas.

Neste âmbito, Liliana Lopes, natural de Bucelas e radicada em Ponta Delgada desde 1970, e Luís Silva, oriundo de Água Retorta, foram honrados com o Diploma de Cidadão Honorário da Ribeira Grande, por, de acordo com o autarca ribeiragrandense, “terem liderado um projeto que a todos nos honra, que foi a nossa Praça do Emigrante. Não há reconhecimento que pague o vosso trabalho, que irá perpetuar o vosso nome e a nossa Praça, no tema da emigração, para o futuro”.

Depois do tributo às individualidades que contribuíram, inequivocamente, para a comunidade, promoção e prestígio da Ribeira Grande, o público foi presenteado com um momento musical, protagonizado pelo jovem Luís Martins, aluno do Conservatório Regional de Ponta Delgada, que encerrou a sessão, ao piano.

No final, todos se reuniram no foyer do Teatro Ribeiragrandense para brindarem e comemorarem os 41 anos da elevação da Ribeira Grande a cidade.

CA SOLUÇÃO FAMÍLIA

Cuidar para viver ao máximo

■ Quando se sente protegido, quem ganha é a sua vida e família.



PUBLICIDADE 06/2022

Campanha válida até 22 de Julho 2022.

**CAVida**

Para mais informações:

creditoagricola.pt |     **CA**
Seguros **CA**
Crédito Agrícola

Por Sara Tavares Almeida

Alexandre Gaudêncio recebeu Governadora dos Lions

Alexandre Gaudêncio, presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, recebeu, nos Paços do Concelho, a Governadora do Distrito 115, Centro/Sul, Sofia Félix, no seguimento da sua visita à Ilha de São Miguel. Nessa mesma visita, a Governadora visitou os vários clubes de Lions no concelho da Ribeira Grande.

Na ocasião, o presidente da autarquia agradeceu o trabalho desenvolvido pelos Lions, em particular nos clubes de Rabo de Peixe e da Maia, pelo papel fundamental no apoio prestado durante



o período da pandemia. Para Alexandre Gaudêncio, “os Lions podem chegar mais depressa àquelas pessoas que mais precisam e foi isso que fizemos em conjunto, durante a pandemia”. O

autarca ribeiragrandense deu nota de um protocolo realizado entre a autarquia e os Lions de Rabo de Peixe, no valor de 1500 euros, para a distribuição de cabazes pelas famílias que necessitaram de apoio durante o confinamento, imposto pela pandemia da Covid-19. O edil ainda reforçou a disponibilidade da Câmara Municipal da Ribeira Grande em continuar a apoiar os planos de atividades dos clubes, com uma componente social associada, de acordo com o espírito leonismo.

Na receção a Sofia Félix, Alexandre

Gaudêncio ainda desafiou a instituição a fazer parte do Plano Municipal de Combate ao Abandono e Absentismo Escolar, com base nos diversos trabalhos realizados, podendo ser uma mais valia para a Ribeira Grande. A Governadora, perante o repto lançado pelo autarca, demonstrou total abertura para que os clubes locais possam adotar alguns programas associados à temática, sendo parte integrante das soluções que irão ser originadas pelo plano, que deverá ficar concluído no início do próximo ano letivo.

Autarquia da Ribeira Grande apresentou Plano Municipal de Combate às Dependências

O presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, Alexandre Gaudêncio, presidiu à cerimónia de apresentação do Plano Municipal de Combate às Dependências, que decorreu no dia 5 de julho, na Biblioteca Daniel de Sá.

Durante a apresentação, o autarca destacou a importância do documento que pretende fazer um retrato da situação atual do concelho, tanto ao nível social, como ao nível das dependências, apontando diversas medidas que se pretende implementar. “Mais do que um documento, pretendemos



partir da teoria para a prática, implementando no terreno as soluções que são preconizadas neste plano”, referiu o edil.

Perante a plateia, que contou com a presença de diversas instituições e

representantes das Juntas de Freguesia do concelho, Alexandre Gaudêncio reforçou a importância do trabalho conjunto para se aproveitar as sinergias que daí advêm. “O trabalho em equipa é, cada vez mais, importante. Deste plano saltam à vista as diversas respostas sociais que já existem e algumas novas que se pretende criar. O desafio agora é trabalharmos em rede e tirarmos partido do que já existe, sem olhar a cores políticas ou quezílias pessoais”, disse o presidente.

A apresentação do documento estratégico foi realizada por Susete Frias,

da ARRISCA (Associação Regional de Reabilitação e Integração Sociocultural dos Açores), instituição convidada pela autarquia para liderar este processo, atendendo à experiência na temática das dependências.

Durante a sessão de apresentação foram apontadas várias soluções, entre as quais a criação de diversas atividades ao nível da prevenção, tratamento e inserção dos indivíduos sinalizados pelas instituições. A autarquia prevê que o documento esteja concluído no primeiro trimestre de 2023.

PUBLICIDADE

tecniq
R&T Energia

LOJAS EM
PONTA DELGADA
RIBEIRA GRANDE

MATERIAL ELÉTRICO
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
ASSISTÊNCIA TÉCNICA
MANUTENÇÃO
ILUMINAÇÃO
TÉCNICOS
QUALIFICADOS

PONTA DELGADA Rua da Carreira de Tiro, 5/Nº
9500-171 Santa Clara ☎ 296 249 955 ✉ geral@tecniq.pt

RIBEIRA GRANDE Rua Infante D. Henrique, 18A
9600-560 Ribeira Grande ☎ 296 474 117 ✉ loja.rg@tecniq.pt

www.tecniq.pt

Audiência
RIBEIRA GRANDE

ASSINE JÁ
Agora o seu AUDIÊNCIA chega a todo o Mundo!

Recorte, preencha o cupão e envie para a morada abaixo indicada

DADOS PESSOAIS

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ Código Postal _____

Telemóvel _____ Nº Contribuinte _____

Email _____

INDIQUE ABAIXO O TIPO DE ASSINATURA QUE PRETENDE

☐ PORTUGAL - 12 meses - **45 €** ☐ ASSINATURA DIGITAL **15 €**

☐ ESTRANGEIRO - 12 meses **100 €**

Pago por **TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA** o valor acima indicado

IBAN: **PT50 0059 0014 2205 7500 0776 8**

Pago por **CHEQUE** o valor acima indicado à ordem de:

ARG Comunicação, Lda

ARG Comunicação, Lda
Rua do Mourato, 70 - A
9600-224 Ribeira Seca RG - São Miguel - Açores

PROJETO LIDERADO PELA CASA DO POVO DA MAIA ESTÁ A SER DESENVOLVIDO AO ABRIGO DO “CALÇOS”

Terras do Chá: uma marca social de doçaria com identidade cultural

A apresentação oficial da doçaria Terras do Chá decorreu no passado dia 18 de junho, no Centro Social e Paroquial da Maia, na Ilha de São Miguel. Esta marca social foi desenvolvida ao abrigo do projeto sustentável “Calços da Maia”, liderado pela Casa do Povo da Maia, em parceria com a Escola de Formação Turística e Hoteleira de Ponta Delgada, e conta, atualmente, com 18 produtos certificados, que representam a identidade cultural local.

Por Tânia Durães

A marca social Terras do Chá foi apresentada, no passado dia 18 de junho, no Centro Social e Paroquial da Maia, na Ilha de São Miguel, durante uma cerimónia, que contou com a presença de Nuno Gomes, diretor Regional de Qualificação Profissional e Emprego, José Luís Pontes, presidente da Assembleia Municipal da Ribeira Grande, e Jaime Rita, presidente da Casa do Povo da Maia, assim como entidades civis e militares. Concebida ao abrigo do “Calços da Maia”, Projeto para a Igualdade de Oportunidades e Desenvolvimento liderado pela Casa do Povo da Maia, que visa revitalizar a zona oriental do



Daniel Pacheco, técnico da empresa «Calços da Maia»



Jaime Rita, Nuno Gomes e Daniel Pacheco

concelho da Ribeira Grande, através da incubação de uma empresa de inserção social, que combate o desemprego feminino e jovem, de longa duração, esta marca resultou do culminar de um projeto de auscultação e levantamento de diversas receitas, junto da comunidade, em parceria com a Escola de Formação Turística e Hoteleira de Ponta Delgada. Segundo afirmou Daniel Pacheco, um dos técnicos responsáveis pela empresa “Calços da Maia”, durante a apresentação da doçaria Terras do Chá, “o principal objetivo é combater o desemprego juvenil e prevenir, também, os riscos de pobreza existentes na Freguesia da Maia, mas também nas freguesias contínuas, (...) através da dinamização de iniciativas socioeconómicas, de desenvolvimento social e criação de postos de trabalho. A nível geral, nós tentamos beneficiar diretamente 105 pessoas e indiretamente 755, nós queremos abranger o maior número possível de pessoas, em situações políticas de igualdade de oportunidades”. Salientando que a Escola de Formação Turística e Hoteleira de Ponta Delgada foi “um parceiro muito importante, pois ajudou-nos a finalizar, testar e validar laboratorialmente os nossos produtos, para comercialização”, o técnico do “Calços da Maia” revelou que “temos 18 produtos cer-



PUBLICIDADE

www.facebook.com/dscreditopontadelgada
[instagram.com/dscreditopontadelgada](https://www.instagram.com/dscreditopontadelgada)

DS
INTERMEDIÁRIOS DE
CRÉDITO

PONTA DELGADA
ROBERTO MELO SOC. UNIP. LDA.
Intermediário de Crédito Vinculado registado
no Banco de Portugal sob o n.º 0004919

CRÉDITO OTIMIZADO

CRÉDITO HABITAÇÃO

296 248 621 • pontadelgada@dsicredito.pt



José Luís Pontes, presidente da Assembleia Municipal da Ribeira Grande



Nuno Gomes, diretor Regional de Qualificação Profissional e Emprego



Suzana Ferreira, Luís Lindo e José Luís Pontes

tificados”, destacando, entre o leque de artigos identitários, as queijadas de Cabra, Chá Verde da Gorreana, produzida com o chá biológico da mais antiga fábrica de chá da Europa, São Miguel, com pimenta da terra, especiaria açoriana que muito orgulha a comunidade local, Mel, Abóbora e Batata-doce. Daniel Pacheco aproveitou, ainda, a ocasião para salientar, entre os inúmeros objetivos definidos, “um muito importante, que é promover uma oficina criativa, para o desenvolvimento de novos serviços turísticos, de forma a contribuir para a formalização de uma agência de animação cultural e turística, a partir da comunidade”. Neste seguimento, o diretor Regional de Qualificação Profissional e Emprego, Nuno Gomes, fez questão de dirigir algumas palavras aos presentes, sublinhando que “é com muito orgulho que estou, aqui, na Maia, para marcar presença no lançamento deste projeto interessantíssimo, que tem como principal mais-valia colo-

car a comunidade em movimento, (...) para promover a coesão social, emprego, igualdade e isso tem um valor inestimável e é por isso que eu quero agradecer a visão estratégica e a coragem que a Casa do Povo da Maia tem em liderar esta iniciativa e em conseguir concretizar este projeto, envolvendo tantos parceiros e chegando ao ponto onde nós estamos agora, com a capacidade de recuperar tradições, receitas e dar-lhes um toque de modernidade, envolvendo as pessoas, motivando-as e conseguindo criar, aqui, um modelo de negócio, que permite gerar emprego, riqueza para as pessoas destas freguesias, assim como promover e incrementar, também, o turismo na nossa terra” e assegurando que, da parte do Governo Regional, concretamente da Direção Regional de Qualificação Profissional e Emprego, terão todo o nosso apoio e empenho”.

Também José Luís Pontes, presidente da Assembleia Municipal da Ribeira

Grande, interveio, demonstrando a sua satisfação ao “verificar que, volvidos dois anos de dificuldades impostas pela pandemia, alguém se preocupa em alavancar as pessoas e a economia. Eu peço que existam mais projetos como este, que, de facto, envolvam e alavancem as pessoas, o aspeto socioeconómico e parece-nos, verdadeiramente, importante também para atrair as pessoas para a Maia, mesmo a nível turístico. É preciso que as pessoas acreditem naquilo que a Casa do Povo da Maia tem feito muito bem, promovendo as pessoas mais velhas e mais jovens, de modo a assegurar o nosso futuro”. A empresa social “Calços da Maia”, liderada pela Casa do Povo da Maia, conta com a parceria fundamental da CRESAÇOR, Câmara Municipal da Ribeira Grande, Governo Regional

dos Açores, Gorreana, Santa Casa da Misericórdia do Divino Espírito Santo da Maia e Museu Carlos Machado, e visa, segundo Jaime Rita, presidente desta instituição, promover condições para uma competitividade territorial diferenciadora na Maia que, abrangendo, também, as outras freguesias da zona oriental do concelho da Ribeira Grande, contribui para a criação local de emprego e possibilita que a riqueza criada na Maia fique, efetivamente, nesta localidade, com repercussões positivas nas vidas e no bem-estar dos maienses e seus vizinhos.

No final da apresentação, o público teve a oportunidade de se deliciar, durante a degustação dos mais diversos produtos da marca Terras do Chá, que representam a identidade cultural local.

PUBLICIDADE



melo & melo
CENTRO DE PNEUS
FUNDADA A 17.03.1982

meloemelolda@hotmail.com

Estrada Regional da Ribeira Grande 9600 - 214 Ribeira Seca

Serviços do Cliente:

- Alinhamento de Direções
- Alinhamento de faróis
- Montagem de travões
- Revisões auto
- Pré-inspeções
- Chapas de matrícula
- Venda de pneus multimarca
- Venda de baterias
- Lavagem automática com polimento



40
1982 - 2022

 **296 472 460**

ALBINO ALMEIDA, PRESIDENTE DA ANAM, VISITOU A REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

“Se não estivermos todos ligados na persecução dos interesses dos nossos cidadãos, não vale a pena estar na vida pública”

Depois de uma interrupção forçada pela pandemia da Covid-19, a Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM) concluiu o ciclo de reuniões presenciais com uma visita aos Açores. Albino Almeida, presidente da ANAM e da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, falou, em exclusivo ao AUDIÊNCIA, sobre o desejo e ambição assente em conseguir que todos os municípios da Região Autónoma dos Açores façam parte da associação que lidera, e de como acredita que a visita ao arquipélago pode ter contribuído para isso. Além do mais, o autarca deu a sua opinião sobre o processo de descentralização, afirmando o papel que acredita que a ANAM deveria ter no mesmo. A capacitação dos eleitos das Assembleias Municipais é outra das grandes bandeiras da associação, que Albino Almeida acredita ser essencial para a boa execução das funções que cada um assume.

Entrevista por Joaquim Ferreira Leite
Texto por Sara Tavares Almeida

A Associação Nacional de Assembleias Municipais veio até Ponta Delgada. Qual o motivo desta visita?

Estávamos em dívida com esta Região Autónoma. Nós interrompemos aquilo que chamamos “ANAM em diálogo”, que foi, basicamente, o que nos permitiu dar uma volta integral ao país e, na altura, à Região Autónoma da Madeira. Quando já tínhamos a viagem prevista, data e tudo acertado com os Açores, veio a pandemia. Estamos a falar de março de 2020 e, por isso, não pudemos vir cá. Fizemos uma primeira reunião por via multimédia, portanto, à distância, mas não é a



mesma coisa. Nós entendemos que, basicamente, a ANAM existe para chamar a atenção para a necessidade de valorizar, de dignificar, as Assembleias Municipais, e quero aqui prestar tributo, desde logo, ao nosso conterrâneo, primeiro líder deste movimento, em 1999, que hoje dá nome ao nosso Auditório Municipal de Gaia, Manuel Menezes Figueiredo. Foi, de facto, ele, com outros presidentes de Assembleias de todo o país, nessa altura, que chamou a atenção para a necessidade de valorizar, logo em 1999, as Assembleias Municipais. Valorizar, dignificar e toná-las, efetiva-

mente, aquilo que começam de novo a ser, o espaço próprio do exercício da cidadania, a um nível elementar que é o de poder intervir. A Assembleia de Gaia, como sabe, foi privilegiada. Quando fui eleito presidente, aliás, quando me candidatei, um dos compromissos era ser o povo o primeiro a falar nas Assembleias Municipais, o que se verifica até agora e o que fez com que muita gente fosse sempre à Assembleia Municipal. Nós, entretanto, ficamos a coordenar, também, este trabalho de valorização, dignificação e eficácia das Assembleias Municipais, fizemos um contacto com o país, fo-

mos fazendo a nossa agenda de trabalho, que, basicamente, passava por mantermos, e já recomeçamos, uma relação que tem de ser abrangente com todas as autoridades. Nós entendemos que o país está, neste momento, a traçar um caminho que é mais de descentralização do que de regionalização, e a descentralização é uma troca de competências, é uma contractualização de competências entre vários níveis da administração pública. A Europa resolveu este problema há muitos anos, da regionalização, sem passar por uma, tal como nós verificamos existir aqui na Região Autónoma dos Açores, e que também existe na Região Autónoma da Madeira. O que é que a Europa fez bem? Descentralizou. Ou seja, todo o poder falou e percebeu que tinha de implementar a governação multinível, e esta governação é sempre algo que os cidadãos percebem melhor quando têm um sítio onde podem ir levar as suas preocupações. Portanto, é isso que estamos a fazer aqui. Queria realçar a excelente relação que estabelecemos com o Governo Regional, através da visita que tivemos ao senhor presidente da Assembleia Regional dos Açores, na cidade da Horta, Ilha do Faial, que, aliás, recomendo vivamente. Eu próprio não pude vir aos Açores nestes dois anos, e não me faltaram convites do meu amigo Joaquim Ferreira Leite [diretor do Jornal AUDIÊNCIA]. Estamos, agora, em Ponta delgada, mas, realmente, o Faial é uma ilha muito bonita, aliás, os Açores são uma região muito bonita e que eu aconselho vivamente, quem puder que venha visitar. Mas, dizia eu, fechamos, agora, um primeiro ciclo.

Só não foi recebido pelo presidente do Governo Regional dos Açores porque ele, neste preciso momento, se encontra em Toronto, num encontro com a comunicação social portuguesa. No entanto, o diretor regional esteve convosco.

PUBLICIDADE



**RETROSARIA
ARTESANATO/TECIDOS, ETC**

Filomena Tavares P. Cunha, S. U. Lda.
Contribuinte N.º 512 081 468

Rua Nossa Senhora da Conceição, n.º 102
9600-568 Ribeira Grande
Tel.: 296 472 365 - Tlm.: 963 911 667



Sim, o doutor Otávio Torres, e apresentou-nos um projeto, que eu acho muito válido até para o continente, que consiste em ter, no Governo, diretamente pendente do Primeiro Ministro, um diretor geral que trata de ligar melhor, de ajudar, colaborar e estabelecer o princípio da colaboração ativa entre as autarquias. É, seguramente, um trabalho que vai valer a pena acompanhar. Nós levamo-lo como algo que, efetivamente, não estávamos a contar. Quero, por isso, saudar o senhor presidente do Governo Regional, por ter selecionado tão bem a entidade com quem acabamos por falar na ausência dele, que é, de facto, do meu ponto de vista, promissora para o caminho da descentralização que, dentro da Região, está, também, a existir e, neste caso, com a valorização das Juntas de Freguesia, que também são elementos importantes. Durante a pandemia, se não fossem as Juntas de Freguesia, muitas pessoas nem tinham tempo de ir ao hospital, sequer, para serem tratadas. Refiro-me ao momento mais agudo da pandemia.

Dez dos municípios dos Açores já são membros da Associação Nacional de Assembleias Municipais, faltam nove. Agora que estamos mais do que a meio, e com a vossa presença aqui nos Açores, acham que conseguem mobilizar os restantes e ter um pleno, como na Ilha da Madeira?

Sim, eu creio que sim, porque isto de estarmos presentes nos locais faz a diferença toda. Eu e toda a direção pudemos conhecer, hoje, aqui, práticas verdadeiramente interessantes de trabalho, numa Região onde não há, ainda, condições mínimas para algumas Assembleias Municipais poderem funcionar como deve ser. Retivemos isso e retivemos, também, que há muito trabalho a fazer na Região Autónoma, mas também encontramos, pela primeira vez, um poder, digamos assim, central da Região interessado nesta governação multinível que eu acho que pode catapultá-la. No âmbito do 25 de abril, no quadro dos 50 anos do 25 de abril, que são

também 50 anos das Assembleias Municipais, porque elas são produto do 25 de abril, cá estaremos, já com todos, espero bem, também em colaboração com o Governo Regional, como fizemos na outra Região Autónoma, porque, se não estivermos todos ligados na persecução dos interesses dos nossos cidadãos, não vale a pena estar na vida pública.

Qual o processo para aderir à Associação Nacional de Assembleias Municipais? É simples ou passa por questões burocráticas?

Se não estivéssemos em Portugal, aderiríamos sem processos burocráticos, mas nós temos de respeitar a nossa tradição e, portanto, também nós temos um pequeno processo burocrático. Passa, como aconteceu em Vila Nova de Gaia, no meu caso, por uma carta dirigida ao senhor presidente da Câmara, indicando que há vantagens em aderir a esta associação, representada pelo presidente da Assembleia Municipal. Essa carta despoletou um ponto específico numa reunião de Câmara, essa pretensão que houve e que foi dirigida ao senhor presidente da Câmara teve apoio unânime na reunião de Câmara e, depois, veio à Assembleia Municipal para ser retificada pelos deputados. Portanto, é a vontade de dois órgãos que constituem o município, o órgão deliberativo e o órgão executivo.

Até hoje, nunca existiu uma força de bloqueio a uma adesão de uma Assembleia Municipal em determinado concelho do país?

Por princípio entendo que o único espaço de afirmação de qualquer coisa autárquica é no quadro da Associação Nacional de Municípios. Temos uma visão diferente e o Tribunal de Contas sufragou essa visão, ou seja, o nosso escopo é diferente do dos municípios. Os municípios visam resolver os problemas das populações e nós visamos valorizar e capacitar os eleitos locais. A cada quatro anos, pelo menos, em alguns casos, a cada doze anos, o pessoal eleito para as autarquias muda muito e, chegados lá, não têm a mínima capacitação

pessoal, e isto não se resolve com licenciaturas, resolve-se com conhecer, efetivamente, qual é o papel de um eleito municipal. Apenas para dar nota, há muitos anos que estava esgotado nas nossas livrarias o Estatuto do Eleito Local, ele que é a bíblia do eleito local, estava esgotado, ou seja, ninguém comprava. Nós tivemos de o reeditar e perceber que, quando se é eleito ou quando se aceita dar o nome para participar numa Assembleia Municipal, há que conhecer o que se vai fazer, qual é o papel, e são 42 alíneas de direitos de, digamos, trabalho que as Assembleias Municipais têm na lei, e que, manifestamente, a maior parte das pessoas só conhece quando lá está. Portanto, a nossa preocupação foi a capacitação, foi a formação, digamos assim. A capacitação vai mais no sentido de tornar capaz de exercer bem o mandato, porque, em muitos momentos, ocupava-se o lugar e não se desempenhava a função. O nosso objetivo é que todos desempenhem bem a função, no caso, as pessoas em quem os cidadãos confiaram ao votar. Portanto, temos aqui um problema com o Partido Comunista Português (PCP) que entende que isso devia ser feito no seio da Associação Nacional dos Municípios. Eu diria simplesmente isto: se em 40 anos não fizeram nada, porque carga de água é que iriam começar agora? Porque, efetivamente, os problemas dos eleitos locais das Assembleias, são diferentes dos eleitos locais das Câmaras Municipais.

Essa oposição do PCP quanto às Assembleias Municipais acontece, também, no lado da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE)? Porque, digamos, que vocês, a ANAM, estão no meio, de um lado têm a Associação Nacional de Municípios, do outro lado têm a Associação Nacional de Freguesias. A propósito, e me jeito de nota, a Associação Nacional de Freguesias já veio, várias vezes, a Ponta Delgada. Sim, eu sei que sim, e, aliás, quero dar nota de que nós temos uma excelente relação. Temos tido uma relação de cooperação exemplar com

a ANAFRE. Nós defendemos que os presidentes de Junta devem estar nas Assembleias Municipais como defensores do território. Faria pouco sentido que assim não fosse, portanto, temos estreitado a nossa cooperação com a ANAFRE e vejo com muita felicidade, inclusive aqui, no território da Região Autónoma, que a ANAFRE tem feito o seu trabalho e nós esperamos fazer da mesma forma.

O município que lidera a Associação Regional de Municípios do Arquipélago, é vosso membro, a Câmara da Madalena.

Exatamente. Por isso é que eu tenho muita esperança que nós consigamos o pleno da Região Autónoma dos Açores, como já fizemos na Madeira.

Aqui não têm o problema do Partido Comunista, porque ele aqui não existe, poderão é ter outros obstáculos...

Pelos vistos não, se bem que eu tenho de dizer-lhe outra coisa, por amor à verdade. Nos contactos que fiz com pessoas identificadas como membros do Partido Comunista Português, tive a melhor receptividade e tudo mais, mas há ali uma questão de fundo, que é sempre decidida no Comité Central, que enquanto o Partido Comunista não acertar as agulhas com a história, vamos ter este problema. Nós lamentamos, profundamente, que seja a única força política que entenda que o quadro de valorização das Assembleias é a Associação Nacional de Municípios, e o que respondemos é que, durante 45 anos, nada disso aconteceu, e, portanto, entendemos nós que devemos assumir essa tarefa em mãos.

Mas, tenho a informação de que alguns já quebraram o espartilho.

Vamos ver. Sim, há autarcas eleitos pela CDU que, de facto, estão no primado de que o interesse das Assembleias prevalece sobre a origem política que os levou à eleição, têm vindo a libertar-se dessa limitação, desse espartilho, e temos muita honra de ter deputados eleitos pela CDU, enquanto eleitos locais, connosco.

Tínhamos falado de que dez dos dezanove municípios dos Açores já eram membros da ANAM, e que a Madeira, por exemplo, está a 100% na associação. Agora que esta viagem terminou, aqui pelos Açores, e que, nesta reunião, teve contacto com colegas da Região, qual é a ideia que leva daqui? Quais são os objetivos? Acredita que vai ter 19 em 19?

Esse é o objetivo, seguramente. A ambição é essa. Sentimos, na contraparte, portanto, dos nossos colegas, a mesma vontade. Deixamos aqui, aliás, algumas ideias posso partilhar, e uma delas é uma prática que acontece, por exemplo, no Algarve, que é uma zona que, claramente, se diferencia do território nacional, sendo no território continental, em que tem por hábito fazer, periodicamente, encontros de presidentes de Assembleia, porque isso faz crescer mais depressa, ou seja, as pessoas partilham a suas experiências, partilham os seus problemas e encontram soluções. Nós estaremos, aqui, envolvidos com o território no sentido da promoção das Assembleias Municipais como tal. Há muito caminho por fazer e a nossa ideia seria procurar ajudar a que as Assembleias Municipais, na Região Autónoma dos Açores, tivessem uma identidade própria. Vemos com muita felicidade muita gente jovem nas Assembleias Municipais com quem nos encontramos hoje, com formação superior, e, portanto, há todas as razões para fazer como na Madeira se fez, ou seja, criar uma coesão social no território da Região Autónoma, identificado pelas suas Assembleias Municipais, pelo seu funcionamento e pela valorização da função.

Então acredita que nada será como antes depois desta reunião em Ponta Delgada?

Sim, é impossível não haver grande influência. Primeiro, pelas características das pessoas. Como já falamos, no início da nossa conversa, nós paramos este contacto direto com as Assembleias Municipais por razões da pandemia e, curiosamente, viemos aqui à Região Autónoma dos Açores e lançamos um objetivo, em termos da comemoração do 25 de abril, que é o de a promovermos aqui, com um encontro das Assembleias Municipais da Região Autónoma dos Açores. Já temos alguns convites para estarmos presentes em algumas reuniões mais parcelares, isto é, a intermunicipalização deste processo. É conhecido,

PUBLICIDADE

aqui, três territórios muito próximos que vão fazer o primeiro encontro regional de Assembleias Municipais e, por isso, o objetivo é, fundamentalmente, ressaltar na população, nos cidadãos açorianos, a importância das Assembleias Municipais.

Se eu percebi o que me disse, está a pensar numa descentralização, também, da organização desta instituição.

Pode chegar aí, sim. Naturalmente, se esse for o caminho que as coisas possam levar por vontade das nossas associadas, nenhum problema. Podemos estar a apoiar, como fazemos, em pareceres, em publicações, numa lógica mais nacional e de coesão social, mas, depois, ser trabalhado nos territórios consoante a vontade de quem lá está, por isso, é razoável pensar assim.

Como já existe com a ANAFRE, onde existem os coordenadores regionais?

Por exemplo, é bem pensado isso, porque é sempre o velho princípio que preside à descentralização: aproximar o exercício de competências de quem

está mais próximo das pessoas e, portanto, quem está mais próximo da população da Região Autónoma dos Açores são os nossos colegas que estão em cada município.

Recentemente, a Associação eleger novos corpos sociais para o mandato que vai até 2025, até ao final desta legislatura autárquica. Também percebi, ao longo deste dia, que grande parte dos elementos dos corpos sociais estão a fazer o último mandato.

Em primeiro lugar, uma constatação, digamos, que, pela primeira vez, neste país, os astros parecem estar alinhados para estes mandatos. No quadro dos municípios vai, de facto, ocorrer o fim de ciclos. Normalmente luta-se por quatro anos, fazem-se eleições de quatro em quatro anos, mas a verdade é que já não há ninguém nas autarquias a pensar em menos do que um ciclo, e um ciclo é três vezes quatro anos. Portanto, é verdade o que diz, 80% dos autarcas que estão, vão terminar os seus ciclos de vida útil, passo a expressão, nas autarquias, mas, no essencial, pelo que percebemos dos contactos com a realidade, aqui,

em especial, nos Açores, atento à juventude que está presente, já, nas Assembleias, e quando digo nas Assembleias, digo mesmo como presidentes ou na mesa da Assembleia, de onde, seguramente, é legítimo esperar que saiam as alternativas a quem tiver de sair em 2025. Mas, de facto, a conjugação de astros é brutal, porque, em condições normais, terminará os mandatos das autarquias, terminará o mandato do Governo e terminará, também, o mandato do Presidente da República. É toda uma geração que irá fazer a sua substituição em quase todos os patamares da administração pública.

Os estatutos da Associação Nacional de Assembleias Municipais não preveem que membros, que tenham entrado na qualidade de presidentes da Assembleia Municipal, possam continuar mesmo deixando de o ser?

Não, isso é absolutamente impedido pelos estatutos. Coisa diferente será, que nós queremos formar, não é tanto um Conselho Consultivo, porque isso impediria que quem está no ativo pudesse participar, e nós já estamos com um problema. Começamos por ter falta de pessoas para os lugares, e, agora, temos o contrário, estamos mesmo naquela fase em que temos pessoas a mais para os lugares da Associação Nacional de Assembleias Municipais, e, portanto, naturalmente que sem me adiantar muito ao que o futuro dirá, diria isto, muito claramente: a substituição do pessoal político será tarefa sempre eterna da Associação Nacional de Assembleias Municipais, daquilo que nós falamos da capacitação. A capacitação dos eleitos locais é uma matéria que nunca pára pela simples razão de que há sempre gente a entrar. Daqui a quatro anos, provavelmente, estará a entrar gente que poderá vir a fazer um ciclo completo e isso, naturalmente, cria responsabilidades a quem está agora, para garantir que o futuro vai acontecer. Está fora de hipótese haver qualquer pessoa nos órgãos sociais da Associação Nacional de Assembleias Municipais que não seja eleito municipal e que não seja presidente, porque isto é uma Associação Nacional de Municípios representada pelo presidente das Assembleias Municipais. Coisa diferente é nós fazermos reuniões e aconselharmos a que façam reuniões, não só com presidentes da Assembleia, é desejável que o sejam todos, mas também podendo fazer



Avenida Dr. José Nunes
da Ponte, 97, R/C
9600-525 Ribeira Grande
Telefone: 296474004



essas reuniões de contacto, esses encontros de discussão dos assuntos, sim, aí prevemos que possam estar, como estiveram aqui hoje, membros da Mesa da Assembleia Municipal.

Então quais são os grandes objetivos do Albino Almeida para estes três anos e meio que estão pela frente?

Os objetivos que temos traçado foram apresentados na Covilhã. A lei específica que rege isto diz que devem haver cinco reuniões anuais ordinárias e as outras são extraordinárias e, depois, a própria lei diz que tanto pode ser o presidente da Assembleia a pedir uma reunião extraordinária, como pode ser o presidente da Câmara. Nós gostaríamos que a lei previsse outras possibilidades, nomeadamente o direito de apreciação. Nós vamos ter realidades que, para já, são diferentes à partida. Ainda não conhecemos os estatutos das futuras CCDRs, das futuras estruturas regionais, nomeadamente no continente. Aqui já conhecemos, nas Regiões Autónomas, mas no continente ainda não sabemos qual vai ser, digamos assim, a tarefa, o que o Estado vai definir para as futuras regiões administrativas que pensamos que vão ser feitas em torno das atuais regiões planas. Como isto não está definido, o nosso grande objetivo era colaborar na política de governação multinível, ou seja, definirmos, por acordo contratualizado, o que é que o Estado quer que façam as autarquias, o que é que o Estado quer que façam as cooperações que têm de existir, entre as próprias autarquias, para levar à prática políticas públicas. A nosso ver, o nosso contributo será esse. Um dos outros esforços é tentar perceber, por exemplo, se a Associação Nacional de Municípios Portugueses não poderia ser sempre presidida por um presidente de Assembleia Municipal, uma vez que os dois são órgãos do município, Câmara e Assembleia Municipal. Outro objetivo é, seguramente, este que eu lhe estava a dizer, ou seja, garantirmos que, também no quadro de poderes repartidos e novos poderes, novas responsabilidades, as Assembleias tenham mais oportunidade de acompanhar e fiscalizar os processos. Neste momento, por exemplo, muitas das Assembleias Municipais já chamam lá, para prestar esclarecimentos, para prestar informações, ou simplesmente para debater assuntos de interesse corrente, os atuais presidentes das CCDRs. Em muitos casos são chamados às Assembleias Municipais para prestar esclarecimentos, portanto, sempre em permanência, ouvir as necessidades e procurar encontrar soluções de fundo, chamadas, hoje, de soluções estruturais, que permitam contar com uma nova identidade das Assembleias. Não é possível imaginar mais poderes numa Câmara Municipal por contrapartida



A ANAM foi recebida pelo vice-presidente da Câmara Municipal, Carlos Morais

da descentralização de competências sem que as Assembleias tenham espaços próprios de debate, de qualificação para isto. Dou-lhe um exemplo: a educação. Já podemos avaliar, em todas as Assembleias Municipais, uma política pública como tal, que é a educação, mas, depois, vai ter tradução nos vários municípios e, portanto, cada município vai fazer uma avaliação daquilo que foi a descentralização de competências do Estado Central para a sua autarquia na educação, e um dos primeiros balanços que vai ter de fazer, objetivamente, é a despesa que vai custar, porque as novas competências vão custar dinheiro e só se resolvem de duas maneiras, ou por uma transferência maior do Orçamento de Estado, é o que, neste momento, está a ser feito, ou então vamos ter de as transferir através da possibilidade de criarmos taxas locais, como acontece no norte da Europa, onde há as taxas nacionais, para o mesmo fim, por exemplo, a educação, existem os impostos nacionais e depois há os impostos locais. Nós pagamos o IMI, ele é já um imposto local que, basicamente, apoia muito do trabalho das autarquias, mas este quadro não está definido, portanto, definindo bem os quatro anos que aí vêm, era preciso termos uma delegação de competências perfeitamente clara na lei e que, ao mesmo tempo, as Assembleias Municipais tenham maiores condições de acompanhamento e de monitorização do que se passa nas novas políticas públicas que vão ser da responsabilidade das autarquias, e, portanto, o atual quadro parece-nos insuficiente. Conosco concordam os deputados da Assembleia da República, com quem já falamos, e há muitos presidentes de Assembleias Municipais que são, também, deputados na Assembleia da República, portanto, há aqui uma conjugação de possibilidades que se oferece deste trabalho, que é a de podermos ter uma participação mais ativa naquilo que a futura lei irá prever, por exemplo, para, daqui a uns anos, ninguém conseguir pensar a educação numa lógica que não seja municipal. Tenho

muitas dúvidas que a saúde possa ser feita da mesma forma que foi feita a educação, ou seja, se calhar vai ter de haver contratualização município a município das competências da saúde que vão passar para eles, não estão todos no mesmo plano de igualdade, assim como nós não sabemos, na saúde, a nível nacional, se vamos continuar a ter o Ministério a cuidar de tudo ou se o Ministério simplesmente trata de infraestrutura e entrega aos hospitais a gestão corrente da saúde nos concelhos, ou aos ACES. É muito provável que assim seja, portanto, há questões nacionais que têm de ser muito bem definidas para, depois, sabermos quais são as competências que passam para as Câmaras Municipais. Vamos observar com muito interesse o que já está a acontecer aqui nas Regiões Autónomas, que é a partilha de responsabilidades entre as Câmaras, que parecem ser agora o último patamar do poder público, e as Juntas de Freguesia, que também existem e estão a fazer um bom trabalho. As Câmaras, agora, transferem competências do tipo jardins, competências menores, mas na educação temos, por exemplo, neste momento, um compromisso no país com o pré-escolar. Eu não imagino um Estado Central a controlar o pré-escolar a partir de Lisboa. Imagino que cada autarquia partilha com o Governo Central, com o Ministério da Educação e o Ministério da Segurança Social, as competências que está a desenvolver a nível local para que haja creches para todos os jovens. Foi promessa eleitoral, ou seja, o Governo prometeu que haverá creches para todos no sistema público e, portanto, isto para ser implementado, não pode passar ao lado das autarquias. Como é que vai ser? Porque a tutela é partilhada, muitas das vezes, entre o Ministério da Educação e o Ministério da Segurança Social. Há montes de coisas a definir e nós gostávamos de estar aí para garantir que as Assembleias Municipais dispõem dos dados todos para, então, acompanharem e serem exigentes na persecução dessas políticas públicas.

Na qualidade de presidente da ANAM, certamente tem um conhecimento amplo do que se passa na maioria dos concelhos e, como em tudo na vida, haverá concelhos que desempenham bem as tarefas para as quais foram eleitos e outros, involuntariamente, não o fazem, e, nestes casos, nota-se, digo eu, a falta de capacitação. A ANAM está a pensar entrar nessa área, permitindo criar melhores condições que sirvam as populações?

Hoje, temos problemas de emprego público, as pessoas não sabem disto, e apesar dos grandes paragonas de que a administração pública tem mais funcionários e não sei o quê, nós não sabemos, em permanência, quantos estão a sair e quantos estão a entrar. Há muita gente a reformar-se, e sabemos, por natureza, que muita gente se vai reformar e vai deixar desalavancadas certas áreas, por exemplo, os médicos de família no país. Se nós pensarmos com atenção, quando dizemos que faltam médicos de família no país, eles hão de faltar mais nuns concelhos do que noutros, depende da infraestrutura que lá estiver. Nós sabemos que os grandes hospitais do país, normalmente, estão ligados a um município. Nós falamos deles como hospitais nacionais, como o Santa Maria, o São João, mas eles estão ligados a um município e a grande questão que se vai aqui colocar é, precisamente, a da gestão dessas grandes questões. Ou seja, se a política pública de saúde seguir o caminho que defende, entre outros, Adalberto Campos, nós estaríamos a falar que, basicamente, a saúde em concreto, aquilo que é dado aos cidadãos, seria decidido nos hospitais, teria como grande responsável os hospitais. Aos hospitais, segundo eles, devia competir a administração da saúde numa lógica de terem um orçamento sem problemas, ou seja, à partida, está definido o caderno de encargos, também, em termos financeiros, e, portanto, se este for o caminho das coisas, e eu acredito que seja, até por imposições várias da União Europeia, há uma entidade que, dificilmente, escapará à avaliação do que está a acontecer na política pública da saúde, na política pública de segurança social e na política pública de educação, que é a Assembleia Municipal. Que outro sentido faria? Isto é complicado porque agora os doentes vão questionar o presidente ou os deputados. «Vamos ter melhor saúde? Vai ser a Câmara a tomar conta da saúde e dos apoios sociais? Vamos ter melhor política?» Isto é perguntado nos territórios às pessoas, aos responsáveis. Mau seria que a Assembleia não fizesse a avaliação política do que está a acontecer, por isso é que eu digo que o nosso combate tem que ver com: a maiores responsabilidades locais tem de corresponder maior capacidade das Assembleias, para po-

derem acompanhar e fiscalizar a execução disso.

Embora passe um pouco à margem da Associação, também terá, certamente, uma opinião sobre a rebelião que alguns municípios estão a fazer à descentralização de competências que o Governo está a lavar, nomeadamente, é conhecida, a posição não favorável de Rui Moreira, responsável por um dos principais municípios do país, ao processo de descentralização. Como é que as Assembleias Municipais vão gerir esta situação? Vão ser chamadas, em última instância, também a intervir?

Em primeiro lugar, o Governo não esteve bem no início deste processo, porque só iam às Assembleias as posições das Câmaras quando fosse para não aceitar as competências, aí, ia à Assembleia e ela, por norma, é solidária com a Câmara. Se a Câmara entende que não estão realizadas as condições para assumir políticas mais locais, a Assembleia estava de acordo. Coisa diferente, pelo mesmo Governo, era que quando assumissem as competências e quando tivesse de haver dinheiro para fazer a chamada complementaridade do dinheiro público, que chega do Orçamento de Estado, aí, as Assembleias têm de autorizar a despesa, como é natural. É a Assembleia que aprova a despesa, o Orçamento do município. Naturalmente, se o município tiver de incorrer, e este é o problema do Dr. Rui Moreira, que eu percebo, se o município tem de incorrer maior despesa, tem que haver mais dinheiro. Isto, toda a gente percebe. Há, porém, aqui, algumas coisas, que eu vejo com perplexidade. Primeiro, durante 48 anos, eu que assisti ao 25 de abril, como o senhor jornalista, sempre ouvimos dizer que havia três setores subfinanciados por todos os Governos: saúde, educação e segurança social. Porque milagre agora haveria de acontecer que estas competências são para partilhar com as autarquias e que, agora, houvesse o dinheiro que nunca houve? Esta para mim é a maior perplexidade. Percebo tudo o que o Dr. Rui Moreira, e não me queria referir, em especial, ao Dr. Rui Moreira, mas é ele que está neste debate, e, portanto, quer dizer, era mentira o que nos disseram durante 48 anos? Ou seja, afinal o Estado não financiava por necessidade ou porque não queria? Eu tenho a convicção que, quando não se financia alguma coisa, não é porque não se quer, é porque não se tem mais dinheiro para colocar ao serviço dessa política, portanto, a maior perplexidade deste processo é esta. Como é que agora ia aparecer dinheiro que nunca existiu, pelos vistos, para a implementação das políticas locais? Há, porém, uma matéria que não tem sido debatida e que tem

que ver com isto. As autarquias já estavam a tomar conta do primeiro ciclo das nossas escolas, desde 1985, uma competência que estava nas Câmaras Municipais, e nunca faltou nada nas escolas. Faltou, eventualmente, se calhar, às vezes, maior capacidade decisória dos municípios para não deixar que, por exemplo, faltando uma pessoa para auxiliar a ação educativa, a escola tivesse que mandar os alunos para casa por não conseguir assegurar a cantina, ou isto ou aquilo. Também há ganhos de eficiência e ninguém está a falar deles. Ninguém está a falar dos ganhos de eficiência que decorrem, como temos em Gaia, por exemplo, de eu poder ter um conjunto de novos funcionários que são distribuídos pelas escolas em função das necessidades. Isto é um ganho de eficiência muito grande. Antes disso, quando adoecia um auxiliar de ação educativa, tinha de ser substituído na plataforma, em Lisboa. Foi-se andando, conseguiram-se milagres. Eu sou do tempo em que havia miniconcursos de professores, quando um professor adoecia ou engravidava, tinha de se abrir novo concurso para colocar lá outra pessoa no lugar dele. Se nós tivermos, nas autarquias, equipas que permitam resolver problemas desta natureza, na hora, ou seja, falta um técnico de ação educativa, está lá outro do lote dos funcionários da autarquia. Mas eu não tenho ouvido falar de ganhos de eficiência e, no entanto, não tenho conhecimento que nenhuma autarquia tenha deslancado as questões da educação, desde 1985. Já nessa altura faltava dinheiro, como eu acho, honestamente, que vai continuar sempre a faltar, porque a ambição humana não tem limite e, portanto, muitas vezes, projetamo-nos para a excelência e para a excelência falta-nos muitas coisas e, às vezes, falta logo o pior, que é o dinheiro. Portanto, tem que haver aqui uma referência aos chamados ganhos de eficiência. Depois, naturalmente, acho que ninguém quer debater este assunto agora, que é a possibilidade de termos aqui, como na Europa, tributos ou impostos que têm como

objetivo único, garantir, num determinado território, aquela coesão educativa que se pretende para o território todo e, aqui, preocupa-me uma coisa: a dimensão de alguns municípios. Quando a Troika chegou a Portugal disse que era necessário agruparmos municípios por uma questão de termos um número de pessoas razoável num município. Eu dou-lhe um exemplo que conhece bem. Gaia tem uma União de Freguesias, a de Mafamude e Vilar do Paraíso, que é a 120ª autarquia do país em termos de dimensão de pessoas. Ou seja, há municípios que não têm 60 mil habitantes como têm estas duas freguesias de Gaia. Isto é uma dimensão apropriada? É isso que vamos discutir, brevemente, em Gaia, e as grandes linhas já foram acordadas entre a Câmara e o principal partido da oposição, e, agora, irão ocorrer os processos Junta a Junta. Portanto, há aqui muitas matérias que estão ofuscadas do debate e eu preocupo-me muito, como cidadão, porque, como disse e bem, há autarcas que gostariam mais de ter poder do que, propriamente, funções. É tudo legítimo em política, todas as expectativas são legítimas, agora eu nunca troquei o 'estar no lugar' por 'desempenhar a função'. Eu prefiro olhar para o lugar e para a função e tenho ouvido mais falar de regionalização como se ela fosse uma nova nuvem de poder onde vão aceder alguns iluminados, e a descentralização, ela própria, que é melhorar a governação dos locais, disso ouço falar muito pouco, bem como, por exemplo, dos ganhos de eficiência.

Sendo de Vila Nova de Gaia, eu assisti a algumas tomadas de posse de Juntas de Freguesia e, até, da Câmara Municipal, e aos diversos discursos de Eduardo Vítor Rodrigues, na qualidade de presidente de Câmara e, também, não se esquivando à função de ser líder da Área Metropolitana do Porto, onde disse que os municípios tinham de arregaçar as mangas, nomeadamente Vila Nova de Gaia, porque o Governo era um empecilho ao

desenvolvimento municipal, inclusivamente, referiu que iria propor à Área Metropolitana do Porto que abrisse uma delegação em Bruxelas para ser mais eficiente, e, caso a Área Metropolitana não aceitasse, Vila Nova de Gaia ia abrir uma delegação em Bruxelas, porque não podia estar à espera dos atrasos de Lisboa. O que lhe parece este tipo de comentário?

Em primeiro lugar dizer que, eu respondo com gosto, mas isto já está fora do âmbito da Associação Nacional de Assembleias Municipais, mas está a tocar num aspeto central. Ou seja, nós já soubemos, no Congresso da ANAFRE, que a mesma tinha pedido e lhe ia ser concedida a possibilidade de concorrer a fundos europeus. Eu percebo bem que o líder de uma das maiores metrópoles do país, o professor Eduardo Vítor, que creio conhecer muito bem, tenha um dilema, aqui, de praxis, ou seja, entre o pensamento e a ação, ele tem de impor as chamadas linhas de rumo, e uma delas é essa. Quer dizer, como é que é possível uma Junta de Freguesia concorrer a um fundo europeu sem a Câmara estar envolvida? Está a ver porque dizia à bocado que vivemos um drama que é sabermos onde queremos efetivamente os poderes e a tal transferência de competências que, muitas vezes, não é só a Junta que faz, não é só a Câmara que faz, também não é a Região que faz, são todos que fazem, numa lógica de partilha de poder? Portanto, percebo bem que o Dr. Eduardo Vítor, quando vê, como eu próprio vejo, empecilhos de caráter administrativo, cuja lógica e racionalidade não se percebe, e tenha, todos os dias, de responder aos desejos dos autarcas da Área Metropolitana do Porto, que diga isso, do ponto de vista do discurso. Isto é uma chamada de atenção à navegação e eu acho que se justifica. Percebo, percebo o racional, e percebo que uma das matérias em que, provavelmente, a descentralização encontra adversários que não eram visíveis na altura, é, precisamente, porque alguns têm medo de perder o pequeno poder que está sempre na ponta da caneta, que diz que sim, que diz que não, que inviabiliza, que cria dificuldades, às vezes para vender facilidades, infelizmente. Agora, eu tenho a noção que temos todos é de falar disso, como eu estou a falar, assumindo que isto está fora do âmbito da ANAM. Há uma coisa que me choca muito, é ter visto, na política portuguesa, dizer-se que as empresas é que precisam dos fundos europeus, e vai-se a ver logo que a primeira grande investigação da Polícia Judiciária é por uso indevido dos fundos europeus, tão novos como os da Bazuca. Isso é extraordinário. Quer dizer, há aqui alguém que está a falhar, se os concursos tão bem pensados, tão maduramente pensados



ANAM foi recebida por Hugo Parente, deputado Municipal da Assembleia Municipal da Horta, em substituição da presidente Teresa Ribeiro

em Lisboa, para concorrer ao PPR, ou PRR, permitem fraudes que, agora, a polícia está a investigar. Como dizia a magistrada Maria José Morgado, «nós estávamos sempre atrás do chá que já tinha arrefecido», andávamos sempre atrás do prejuízo, muito depois dele ter ocorrido, pois bem, agora estamos aqui, perante este dilema. Se calhar, como diz Eduardo Vítor Rodrigues, era preferível aliviar a carga burocrática e, depois, ter uma inspeção que fosse, absolutamente, leonina, depois de se verificar que algo está mal, penalizasse de forma muito clara. Ou seja, pensamos que é o tecido das várias leis, a maior densificação das leis, como agora se ousa dizer, que vai prevenir todos os problemas dos dinheiros públicos, e não vai! Constatase que, afinal, ainda nem arrancou, verdadeiramente, o PRR, e, por parte de empresas privadas que tanto queriam o PRR, é lá, precisamente, que, aparentemente, haverá problemas de legalidade e até eventuais ilícitos criminais.

Albino Almeida, não é um inexperiente líder de uma associação de nível nacional, foi também, e com grande sucesso, líder da Confederação das Associações de Pais. Gerir uma Confederação de Pais tem alguma semelhança com gerir autarquias? Serviu de base para, agora, ter uma visão que ainda lhe vai dar um êxito maior, que é um êxito para as populações?

A pergunta é interessante porque tem a ver com uma realidade que eu percebi nas autarquias locais. Nós temos que ter capacidade de escutar, isso aprende-se com as Associações de Pais e, principalmente, como era o caso, com a Confederação Nacional, que abrangia, também, na altura, todo o país. Capacidade de escutar, que é mais do que ouvir, é perceber daquilo que o outro disse onde é que está a parte razoável, que vale a pena eu assumir como uma preocupação minha, tendo essa possibilidade. E tudo isto se passa nas autarquias, ou seja, nós ainda hoje tivemos, aqui, nos Açores, narrativas muito interessantes de pessoas que se confrontam na rua com entidades que querem tudo, às vezes até o contrário. Numa mesma conversa com dois cidadãos, um queria a avenida a passar ali e o outro não queria a avenida a passar ali porque tem de cair árvores e mais não sei o quê, portanto, há aqui um princípio de auscultação, há um princípio de, digamos assim, auscultação com consequências, ou seja, nenhum autarca pode ouvir um cidadão e fazer de conta que não ouviu, isso não existe e eu habituei-me a isso com as Associações de Pais e, portanto, tenho, também, alguma parte de provedoria do cidadão e aconselho os meus colegas, presidentes de Assembleias Municipais, a serem o ouvido que dê maior capacidade de escutar à autarquia, ao



Audiência à ANAM na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com o Eng. Luís García, presidente da ALRAA



Audiência à ANAM no Governo Regional, com o Dr. Octávio Torres, diretor regional da Cooperação com o Poder Local, em substituição do presidente do Governo Civil

município, isso também se faz aqui. Depois, o estudo das alternativas. Eu sou de uma geração onde era crítico fazer corresponder uma contraproposta, enquanto não chegasse a proposta, ou seja, não é possível fazer a crítica, seja do que for, sem ter uma proposta alternativa ou sem, pelo menos, indicar um caminho de solução para aquele problema. Se depois não é bom, há uma contraproposta, estamos disponíveis para ouvir outras contribuições, foi assim nas Associações de Pais, foi assim que a atual lei das Associações de Pais tem o nosso cunho profundo, foi, basicamente, desenhada há mesa da Confederação de Pais, com todos os intervenientes do país, e eu espero que seja assim, agora, com as propostas que estamos a fazer à Assembleia da República com os municípios, ou seja, que consigamos uma melhoria global do estado da arte, que em muitos casos já é absolutamente brilhante, e noutros é insuficiente, portanto, precisamos de criar aqui coesão social das Assembleias Municipais. E quando nós lutávamos para que todas as escolas tivessem alimentação, muitas vezes já lá estavam as Associações de Pais, e passou a ser uma política central, passou do Estado para as autarquias. A gestão, por exemplo, das refeições nas nossas escolas, constituíam, em arguido, o vereador com o pelouro da Educação. Porquê? Porque havia intoxicações alimentares nas cantinas, e tivemos, aliás, um vereador em Gaia que foi a primeira externalização da competência da Câmara, a de fornecer refeições, fazendo contratua-

lização de empresas com capacidade de fornecer as refeições e, ao mesmo tempo, assumir os riscos de poder haver uma intoxicação alimentar. Portanto, este é um exemplo que aprendi na educação, que vivi na educação, que ajudei a melhorar na educação, que pode ser muito útil, aqui, no que vai ser este processo de novas competências no poder regional e, portanto, as Assembleias terão um papel muito importante, volto ao que já disse, que é o facto de que para maiores competências, tem de existir maior poder de fiscalização e acompanhamento. Eu espero muito isto, ou seja, a política pública não é bem-sucedida porque tem um crânio qualquer, em qualquer lado, a pensar. A política existe porque há pessoas, mas as pessoas levantam muitos problemas à política, elas próprias. O que tem de bom é isso mesmo, muitas vezes, as melhores ideias políticas correspondem à maior dificuldade em implementá-las. Porquê? Porque estão pessoas no meio, pessoas que, como beneficiárias das políticas em quem nós pensamos quando imaginamos as políticas e depois estão, outra vez, pessoas que, quando essas políticas estão em prática, dizem «afinal não era isto que eu queria», portanto, tem que haver esta dinâmica que eu aprendi, naturalmente, nas Associações de Pais, por definição, porque o investimento nos filhos é, talvez, o maior investimento de uma família ou de um cidadão e, portanto, espero que seja útil, aqui, na Associação Nacional de Assembleias Municipais.

Para terminar, uma mensagem aos açorianos.

Em primeiro lugar, a vossa terra é lindíssima. Essa é a primeira coisa que eu quero dizer aos açorianos. Porquê? Porque eu vivo em Gaia e temos, como sabe, coisas muito bonitas, pelas quais passamos todos os dias e que não valorizamos rigorosamente nada, ou muito pouco, pelo menos, comparativamente aquilo que é vermos montes de turistas a chegar e a admirar aquilo que nós temos, porque eles não têm. Portanto, a primeira grande mensagem é essa, dizer-lhes que têm uma terra bonita e, sabemos todos, que quando uma terra é bonita, é bela do ponto de vista da natureza e, depois, corresponde em pessoas que têm capacidade de cuidar dela e de tornar aprazíveis e conhecidas as suas terras. Eu queria dizer aos açorianos, naturalmente, que desejo as maiores felicidades à Região Autónoma. Acho que têm imensas potencialidades que, se forem devidamente conduzidas pelo povo que cá habita, farão desta terra uma terra ainda melhor, e refiro o ainda melhor porque nós temos muito esta condição portuguesa de admirarmos coisas, noutros países, que não têm nem uma décima parte do valor das coisas que nós já cá temos, mas que pura e simplesmente não admiramos, portanto, uma palavra de saudação e de estímulo a todos os compatriotas da Região Autónoma dos Açores, para fazerem desta belíssima terra aquilo que ela merece ser no futuro.



No âmbito da iniciativa 'ANAM em Diálogo', a associação reuniu com os presidentes de Assembleia Municipal da Região Autónoma dos Açores

ALEXANDRE GAUDÊNCIO CONGRATULOU TERESA BONVALOT E FREDERICO MORAIS PELO TRIUNFO NO ALLIANZ RIBEIRA GRANDE PRO

“Foi uma das melhores provas do ano, até agora, na Liga MEO Surf”

13 anos depois da realização da última etapa do principal circuito nacional de surf no concelho ribeiragrandense, a Liga MEO Surf regressou às ondas dos Açores com o Allianz Ribeira Grande Pro, que decorreu entre os passados dias 24 e 26 de junho, nos Areais de Santa Bárbara, e teve como vencedores Frederico Morais e Teresa Bonvalot, que se sagrou, simultaneamente, campeã nacional da modalidade. Para Alexandre Gaudêncio, presidente da autarquia, esta prova superou as expectativas e levou além-fronteiras a marca “Ribeira Grande Capital do Surf”.

Por Tânia Durães

A Liga MEO Surf, que se assume como sendo a primeira divisão do surf nacional, rumou à Ilha de São Miguel e concretizou, entre os passados dias 24 e 26 de junho, o Allianz Ribeira Grande Pro, no Areal de Santa Bárbara, que assinalou o regresso de um circuito nacional da modalidade, ao município ribeiragrandense, 13 anos depois da realização da última etapa na localidade. Assim, a quarta e penúltima etapa da Liga MEO Surf 2022, foi uma jornada com muitas emoções sob uma paisagem idílica. Teresa Bonvalot foi a grande vencedora da prova feminina, um título que se juntou ao de campeã nacional de surf, que tinha conquistado de forma antecipada, assim como aos galardões Go Chill Expression Session feminina, Joaquim Chaves Saúde Best Wave e Bom Petisco Girls Score. “Estou muito feliz por estas conquistas. Senti-me super bem com as condições do mar. Penso que era impossível terminar a etapa com melhores condições do que estas. Tentei divertir-me ao máximo, colocar tudo em cada onda e saio muito contente com o surf que mostrei. Foi uma viagem muito positiva, com um grupo muito unido e são estas memórias que ficam. É isso que me leva a querer fazer mais e melhor”, ressaltou a nova campeã nacional, que sucedeu

PUBLICIDADE



Alexandre Gaudêncio, presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande

a Kika Veselko e que, além do quarto título da carreira, saiu dos Açores com a 24ª vitória em etapas da Liga MEO Surf. Por outro lado, Frederico Morais, apelidado de Kikas, foi o vitorioso entre os masculinos, 13 anos depois de ter vencido a última etapa do principal circuito de surf, que se realizou, em 2009, na Ribeira Grande, um desfecho que o colocou na disputa pelo título nacional, que será decidido na etapa final, que decorrerá entre os próximos dias 11 e 13 de novembro, em Peniche. “Todas as vitórias são especiais. Sou ultra competitivo, adoro ganhar e ter heats, como foram quase todos neste evento. Depois de ter vencido, aqui, nos Açores a primeira etapa da carreira no circuito nacional, em 2009, voltar e ganhar outra vez, tem este toque especial. Adoro os Açores, é uma terra lindíssima, onde somos sempre bem recebidos, tanto pelas pessoas como pelo mar”, sublinhou o vencedor, que fez questão de

oferecer a prancha que lhe deu a 16ª vitória a Alexandre Gaudêncio, presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, “como agradecimento especial, por nos terem recebido”.

Relativamente aos restantes classificados no Allianz Ribeira Grande Pro, Guilherme Fonseca e Maria Salgado ficaram com o segundo posto nas finais masculina e feminina, respetivamente. Já Halley Batista conquistou a Go Chill Expression Session masculina, ao passo que Jácome Correia conseguiu o título Ericeira Best Surfer.

No seguimento da realização da quarta e penúltima etapa da Liga MEO Surf, na Ribeira Grande, Alexandre Gaudêncio, presidente da autarquia ribeiragrandense, revelou em entrevista exclusiva ao AUDIÊNCIA que, “esta prova foi extremamente importante para consolidarmos a marca «Ribeira Grande Capital do Surf», divulgando as excelentes condições que temos, no concelho, para a

prática da modalidade. Esta tem sido uma grande aposta nossa, que tem vindo a gerar resultados, não só ao nível dos investimentos privados, mas, também, ao nível da consolidação da atratividade do concelho, pois é uma atividade que tem vindo a conquistar cada vez mais adeptos”, salientando que “mais do que uma marca, nós acreditamos que o surf pode potenciar a nossa economia local e a atratividade da nossa cidade e, por isso, a visibilidade deste evento, também foi muito importante para divulgarmos a nossa terra”.

Garantindo que “foi um objetivo alcançado trazermos novamente um campeonato de surf à Ribeira Grande”, o edil assegurou que “as expectativas foram superadas, até pelo alcance que conseguimos ter, porque, efetivamente, saiu daqui uma campeã nacional de surf e só por isso, já foi bastante relevante, assim como da cobertura mediática que esta prova teve, principalmente a nível nacional, o que fez com que a Ribeira Grande tivesse sido divulgada pelo quatro cantos do mundo, o que, para nós, é fundamental, na estratégia que temos de divulgação do concelho. Além disso, foi também uma excelente oportunidade para os nossos jovens talentos mostrarem todo o seu potencial e tirarem partido do know-how dos grandes surfistas nacionais. Portanto, teve uma dupla componente, não só de notoriedade do concelho, mas relativamente aos atletas locais, proporcionando-lhe uma projeção, que acreditamos que é sempre bem-vinda”.

Evidenciando que “houve um retorno económico bastante relevante, pois tivemos a hotelaria da cidade completamente lotada”, o presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande enalteceu, ainda, que “foi uma das melhores provas do ano, até agora, na Liga MEO Surf e isso também denota qualidade que nós temos, para continuarmos a potenciar esta marca «Ribeira Grande Capital do Surf», demonstrando a sua vontade de que “esta prova se mantenha nos próximos anos. Ficamos com a expectativa de que vamos continuar a figurar na Liga MEO Surf no próximo ano, considerando aquilo que aconteceu durante a eta-




César Sousa
CAR WASH CAR DETAIL
Bombeiros da Ribeira Grande
geral.csousa@gmail.com
Tel - 910 256 390

- Lavagem
- Polimentos
- Recuperação de Faróis





Alexandre Gaudêncio e Frederico Moraes, vencedor masculino da quarta e penúltima etapa da Liga MEO Surf

pa, que foi muito positivo para nós". Por conseguinte, Alexandre Gaudêncio aproveitou a oportunidade para destacar a importância da preservação das ondas e o trabalho que a autarquia está a realizar, ao nível da sustentabilidade ambiental, através do projeto "Save the Waves", como forma de consciencializar a população local para limpeza e para a proteção do ecossistema marinho. "O projeto é extremamente importante ao nível da consciencialização dos mais jovens para a preservação ambiental e prevê muitas ações de divulgação e workshops, que terão um impacto direto na comunidade local. Nós já realizamos algumas sessões de sensibilização nas escolas, ações de limpeza de praias, para que a população comece a ter esta preocupação e o grande objetivo deste projeto é, depois, candidatar-mo-nos a Reserva Mundial de Surf, claro que, para isso, temos de ultrapassar algumas etapas, sendo que a primeira é precisamente esta, que a comunidade local esteja consciente da preocupação ambiental para com os resíduos e, em segundo lugar, a pre-



servação das ondas, com esta reversa mundial, que prevê, por outro lado, haver aqui um compromisso da Câmara Municipal da Ribeira Grande, no que diz respeito, nomeadamente, a obras de construção civil, para que nunca desmanchem as ondas, porque existem alguns casos quer nos Açores, quer um pouco pelo mundo fora, de autarquias locais que fizeram obras que, depois, deram cabo das ondas e do seu potencial, pelo que a nossa intenção, percebendo que temos este potencial entre mãos, é preservar esta grande mais-valia que temos, que é o mar, as ondas, num claro compromisso, uma vez que a sua preservação é essencial para o futuro de todos, essencialmente das gerações vindouras".



Teresa Bonvalot, vencedora feminina da Allianz Ribeira Grande Pro e do título de campeã nacional de surf

OPINIÃO

Vórtice Positivo



Délia Melo*

Há tempos defendi que os Açores deveriam ser um laboratório vivo, conhecido e reconhecido noutros pontos geográficos. Não só pelas suas características, como pelas potencialidades e a sua centralidade, este paraíso no mar plantado tem tudo o que é necessário para ser palco de grandes discussões a nível mundial numa diversidade de áreas. De facto, o nosso arquipélago já começa a ser um chamariz para vários cientistas espalhados pelo globo. O mais recente evento decorrido por cá foi a edição da GLEX Summit, que sustenta a dimensão mundial dos Açores, no que toca às áreas do oceano, da terra, do espaço e da conservação da natureza. Convém lembrar que vivemos no primeiro arquipélago do mundo certificado internacionalmente como Destino Sustentável, um selo que atesta, entre outros, a proteção cultural e natural ao mesmo tempo que cria benefícios económicos locais. Todos os eventos que tragam especialistas de diferentes áreas de conhecimento à Região são de fulcral importância para a nossa projeção e promoção, por colocarem os Açores numa rota ascendente em termos de desenvolvimento científico, social, cultural e económico. Até para a discussão sobre o futuro da Europa, os Açores são o cenário procurado pelos jovens na edição da escola de verão organizada pela Representação da Comissão Europeia em Portugal. No ano em que se celebra o Ano Europeu da Juventude e os 35 anos do programa Erasmus, o Summer CEMP vai para o concelho mais jovem de Portugal, a Ribeira Grande, com o intuito de levar jovens oriundos de vários países europeus a refletirem sobre as prioridades e políticas europeias, em interação com exemplos concretos da localidade anfitriã. Os Açores estão abertos ao mundo e são uma espécie de vórtice positivo chamando a si, de forma estratégica, os holofotes por forma a permitir o catapultar a Região para um patamar de excelência ao nível de acontecimentos inovadores.

* Deputada Regional



SPORTING CLUBE IDEAL

CONVOCATÓRIA

Assembleia Geral Comum Ordinária

Nos termos da lei e ao abrigo do n.º 1, alínea a), do artigo 48.º e do n.º 1 do artigo 49.º dos Estatutos, convoco os sócios do Sporting Clube Ideal para se pronunciarem, em Assembleia Geral Comum Ordinária, a levar a efeito entre as 18H00 e as 22H00 do dia 29 de Julho de 2022, na sede social do Clube, sobre a matéria constante da seguinte ordem de trabalhos:

— Ponto Único - Apreciação e votação do Plano de Atividades e do Orçamento de receitas e despesas do exercício económico 2022/2023.

Ribeira Grande, 08 de Julho de 2022

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Rui Daniel Lourenço Durão

PUBLICIDADE

Café Com Sopas
Sand - Bar

Rua Gonçalo Bezerra, nº 1/3
9600-559 Matriz - Ribeira Grande
Telf.: 296 472 015 Telem.: 916 615 114

Pequeno-almoço, Brunch,
Hambúrgueres, Dinners,
Comida rápida,
Cachorros quentes
e Sanduiches

Seg-Sáb: 7:00 – 22:00
Dom: 8:00 – 21:00

JORGE RITA ALERTOU PARA A SITUAÇÃO DO SETOR LEITEIRO NA INAUGURAÇÃO DA FEIRA AGRÍCOLA DOS AÇORES

“Não há turismo de sucesso na Região Autónoma dos Açores sem uma agricultura sustentável”

A Feira Agrícola dos Açores 2022 decorreu entre os passados dias 17 e 19 de junho, no Parque de Exposições de Santana, na Ribeira Grande, e acolheu, pela primeira vez, o 39º Concurso Nacional da Raça Holstein Frísia. Este, que se assume como sendo o maior evento dedicado ao setor da agricultura na Região Autónoma, contou com a presença de José Manuel Bolieiro, presidente do Governo dos Açores, António Ventura, secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Alexandre Gaudêncio, presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, e Jaime Vieira, presidente da Junta de Freguesia de Rabo de Peixe, entre inúmeros autarcas, assim como representantes de entidades políticas, civis e militares.

Por Tânia Durães

Depois de dois anos de interregno, fruto da pandemia que proliferou em Portugal e no mundo, a Feira Agrícola dos Açores voltou a realizar-se no Parque de Exposições de Santana, na Ribeira Grande. Este evento, que decorreu de 17 a 19 de junho, teve como principal intuito demonstrar a excelência da agricultura açoriana e contemplou um programa diversificado com exposições, demonstrações, workshops, espetáculos musicais e, pela primeira vez, o 39º Concurso Nacional da Raça Holstein Frísia, que contou com a participação de produtores oriundos do continente, dignificando o setor e a Região Autónoma.

Na cerimónia de inauguração desta iniciativa, que já não se realizava em São Miguel há cinco anos, Jorge Rita, presidente da Federação Agrícola dos Açores, sublinhou que o setor tem mostrado muita resiliência, assegurando que o futuro afigura-se difícil. “A agricultura tem um papel fundamental no dia a dia, não só em gerar riqueza, mas em criar, essencialmente, produtos que alimentam as pessoas. (...) Tudo aquilo que tem sido criado em ajudas, desde o PRR, aos próximos quadros de apoios, que



Alexandre Gaudêncio, António Ventura, José Manuel Bolieiro e Jorge Rita



Jaime Vieira, presidente da Junta de Freguesia de Rabo de Peixe, e António Ventura, secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural



Jorge Rita, presidente da Federação Agrícola dos Açores



Jorge Rita, presidente da Federação Agrícola dos Açores, e Alexandre Gaudêncio, presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande



José Manuel Bolieiro, presidente do Governo Regional dos Açores



António Gomes e Luís Lindo, membros da Administração da Caixa de Crédito Agrícola



José Manuel Bolieiro, presidente do Governo Regional dos Açores

são as verbas que já estão alocadas a cada país e que nós já as conhecemos, serão insuficientes para a desastrosa e calamitosa situação económica, que poderemos ter nos próximos tempos”, ressaltou.

Garantindo que a “Região Autónoma, obviamente, não pode ficar indiferente a esta situação, não fica”, o presidente da Federação Agrícola dos Açores evidenciou que “nós sentimos na pele, no dia a dia, porque, ainda por cima, vivemos em regiões ultraperiféricas, em que estamos muito dependentes de transportes e o aumento do custo dos transportes afetam-nos claramente no nosso quotidiano”.

Atualmente os Açores são responsáveis por 35% da produção de leite a nível nacional, o que, para Jorge Rita, “é um grande exemplo da sustentabilidade no setor económico da Região”, tendo nas classificações morfológicas mais de 70% de vacas classificadas como excelentes, o que vai ao encontro do “objetivo, claro, de produzir, sempre, em função da excelência”.

Neste contexto, o presidente da Federação Agrícola dos Açores revelou que “a valorização dos nossos produtos é a grande deficiência regional, produtos estes que são reconhecidos, em todos os mercados, como uma marca indelével, que é a marca Açores, que não é devidamente potenciada, em termos de valor acrescentado”.

Jorge Rita aproveitou, ainda, a oca-



sião para enaltecer que “nada substituirá o setor leiteiro da Região Autónoma dos Açores, não vale a pena pensar em utopias e demagogias, que as vacas são para eliminar na Região Autónoma dos Açores e que o leite acabará nos Açores. Não há setor da atividade económica, que substitua o setor leiteiro na Região Autónoma dos Açores, por várias razões óbvias, pela dimensão que atingiu, pela especialização que atingiu, pelas questões que se falam muito hoje como a camada do ozono, a emissão de carbono, pois o carbono existe mesmo sem as vacas e nós podemos ter a certeza de que na Região Autónoma dos Açores nós temos um plaform favorável, em termos de emissões de gases, de carbono ou de azoto, como queiram chamar, e tenho a certeza absoluta de que quando esta situação for monitorizada, nós vamos ter uma agradável surpresa”.

Para o presidente da Federação Agrícola dos Açores, a agricultura é o maior potenciador do turismo na Região. “Não há turismo de sucesso na Região Autónoma dos Açores sem uma agricultura sustentável. O maior potenciador do turismo na Região Autónoma dos Açores é a agricultura, aquilo que faz da sua jardinagem, dos seus verdes, dos seus contrastes, das suas vacas na pastagem, a nossa imagem de marca, tal como a nossa gastronomia feita à base da nossa agricultura e, obviamente, também, das nossas pescas”, destacou.

O presidente do Governo dos Açores, José Manuel Bolieiro, também fez questão de marcar presença na inauguração deste que é o maior evento dedicado ao setor da agricultura, na Região Autónoma, divulgando os compromissos futuros para o setor.

Por conseguinte, o edil anunciou que “de 1 de julho a 31 de agosto vão estar abertas as candidaturas para a entrega de projetos de investimento nas explorações agropecuárias, incluindo a primeira instalação de jovens agricultores, num valor que ronda os 4,5 milhões de euros”, declarando, ainda, que, por outro lado, “serão abertas, este ano, as candidaturas para apoiar o pagamento de taxas de juro de empréstimos, efe-

tuados no âmbito de investimentos realizados na agricultura”.

O líder da Região Autónoma dos Açores atestou, ainda, que os apoios para a campanha 2022-2023 dos programas comunitários POSEI e PRO-RURAL+ “não sofrerão rateios”, sustentando que é importante a Região ganhar uma “progressiva autonomia alimentar, porque o impensável pode acontecer e a globalização na transferência de recursos, em particular os essenciais à alimentação, pode ser posta em causa”.

Considerando que o setor produtivo dos Açores deve ter a “ambição de excelência” do produto, em detrimento da quantidade, o governante reforçou que “não é pela quantidade que vingamos no sucesso do nosso progresso e desenvolvimento, é pela excelência, é pela exclusividade”.

Segundo José Manuel Bolieiro, estes compromissos visam promover a excelência da agricultura açoriana, criando condições aos produtores e projetando os produtos regionais além-fronteiras. “As pessoas são a nossa prioridade, assim como o respeito pelas gerações passadas, compromisso com as gerações presentes e solidariedade com as gerações vindouras”, asseverou.



O CANTOR MARCOU PRESENÇA NO “SOMOS PORTUGAL”, EM VILA FRANCA DO CAMPO

“O meu objetivo é continuar a trabalhar, cantar e levar os Açores e o povo português além-fronteiras”

Rui Açoriano é natural de Ponta Delgada, mas a vontade de seguir o sonho de ser cantor obrigou-o a deixar a sua terra natal. Atualmente, vive em Marco de Canaveses e dedica-se à música e à sua carreira profissional, enquanto bombeiro voluntário. O cantor açoriano confessou que irá lançar, em breve, um CD inédito, visto que “ainda não existe música popular portuguesa no meu estilo, aqui nos Açores”. Em entrevista ao AUDIÊNCIA, Rui abordou a sua saída da ilha; a evolução da carreira musical e ainda as ambições para o futuro. Jorge Bandeira, agente de Rui Açoriano, aproveitou a ocasião para enaltecer o trabalho realizado pelo cantor.

Entrevista por Joaquim Ferreira Leite
Texto por Ana Correia Ferreira

Vive no Marco de Canaveses, é Açoriano e hoje está de regresso a S. Miguel. Estou confuso se é o Ruizinho ou o Rui dos Açores, como é que é? Antes de mais, boa tarde a todos, obrigado desde já por esta surpresa. Antes era Ruizinho, mas o nome artístico atual é Rui Açoriano. Sim, estou a viver em Marco de Canaveses e é uma honra enorme estar aqui na minha ilha, a apresentar o meu trabalho, a apresentar o trabalho da JB Produções e do meu empresário Jorge Bandeira.

Qual foi o sabor que sentiu com este mar mesmo aqui ao canto, o ilhéu atrás de si a observar?

Olhar para a frente e ver pessoas conhecidas, pessoas da família, ver as pessoas a dizer: “Rui Açoriano! Rui Açoriano!”, senti uma emoção que não há explicação para descrever. A minha filha com uma t-shirt toda elaborada com o logotipo é, sem dúvida, muito gratificante e não há palavras. Eu acho que não consigo descrever a emoção que estou a sentir neste momento, o estar aqui na minha ilha, São Miguel, e apresentar este grande espetáculo, pela primeira vez, o “Somos Portugal” e eu estar presente é fenomenal, sem dúvida.

O que é que o levou a ir para Marco de Canaveses?

Marco de Canaveses foi uma escolha também derivada à produção da JB Produções, ao trabalho que estou a de-

envolver com o empresário Jorge Bandeira, que está a encaminhar e a tratar de todo o meu trabalho. E também a toda a logística para a nossa preparação do CD que será lançado ainda este ano, esperamos nós, mais tardar no final do verão. Escolhi também pelo facto de Marco de Canaveses ser um bocadinho semelhante ao que nós temos nos Açores, temos o rio Tâmega e o rio Douro, temos aqueles montes verdes que também se enquadra com aquilo que nós temos nos Açores e a gastronomia que é fantástica. Como eu fui sozinho, foi uma boa aposta, estou feliz e contente. Estou a trabalhar nos Bombeiros Voluntários de Marco de Canaveses como profissional, desde já mando um grande abraço e um agradecimento especial ao comando e à direção dos Bombeiros Voluntários de Marco de Canaveses, por apostar no meu trabalho e no meu profissionalismo como bombeiro. Agora, o meu objetivo é continuar a trabalhar, cantar e levar os Açores e o povo português além fronteiras.

Embora não sejam vizinhos, o grupo que acaba de atuar no palco, era da Ribeira grande e, atualmente, está em Viseu...

Exatamente, a Maria Melo e Pedro Botelho da Explosão Radical. São grandes amigos meus e nós estamos sempre em sintonia, são pessoas cinco estrelas, um casal fantástico que também deixou a sua ilha e está a trabalhar também profissionalmente na música. É de louvar termos açorianos que vão em busca de um sonho e, principalmente, vão em busca de um sonho, mas sempre em representação da sua região e seu arquipélago. É com muito orgulho que sou açoriano e o sotaque eu não quero perder.

O que falta, no seu entender, para que não seja obrigatório “emigrar” dos açores para o Continente ou para os Estados Unidos para ter alguma projeção musical?

O primeiro aspeto, que é muito importante, a nível geográfico os Açores estão longe de Portugal Continental e então nos Açores não existe estúdios, nem existe, por exemplo, a TVI para promover e lançar os artistas regionais. A minha opinião, valendo o que vale, é que os Açores deveriam investir mais nos talentos açorianos, pois existe muito talento escondido aqui e os Açores deveriam divulgar e apostar no que é nosso.



O que é que se perspectiva para pós-pandemia? Quais são os projetos que quer anunciar em primeira mão?

Quero anunciar que o objetivo da JB produções e do Jorge Bandeira era de começar a gravar temas originais e começar a fazer alguma promoção televisiva. Ele, sem dúvida, está a conseguir e só tenho mesmo a agradecer. O nosso objetivo era não ter muitos espetáculos, mas fazer promoção, contudo, Deus é grande e o Jorge tem feito um grande trabalho e estão a aparecer espetáculos. Desde maio até setembro tenho à volta de 17 espetáculos, o que é muito bom para um artista vindo dos Açores para o continente onde existem centenas de artistas, a incorporar e a ingressar no mundo da música. Posso desvendar que, na semana passada, já estive a colocar voz e ver tons dos novos temas que irão sair brevemente para o meu primeiro CD. Como já tinha dito anteriormente vai ser lançado no final do verão, início de setembro/outubro. Ainda não temos título para o CD, mas acreditem mesmo que, aqui nos Açores, não vai existir nada igual ao trabalho que estou a desenvolver, porque ainda não existe um estilo de música popular portuguesa no meu estilo, aqui nos Açores. Vai ser inédito e vamos apostar forte com várias surpresas, vão ter de ir acompanhando as nossas redes sociais: Rui Açoriano no Instagram e no Facebook e também JB Produções. Aproveito, desde já, quero agradecer ao Jorge Oliveira, um grande compositor da música popular portuguesa, que está a trabalhar em conjunto connosco na elaboração e na composição dos nossos temas. O que está a ser apresentado nas televisões são três temas que, alguns de vós conhecem, é de salientar o tema “Fazes de mim o teu Yó, Yó”, que está a ser sucesso em apenas duas semanas. As coisas vão fluindo naturalmente, não me quero alongar muito, nem dizer algo que não possa. É bom que as pessoas sintam que eu estou a trabalhar, não fiquei esquecido nem parado. As

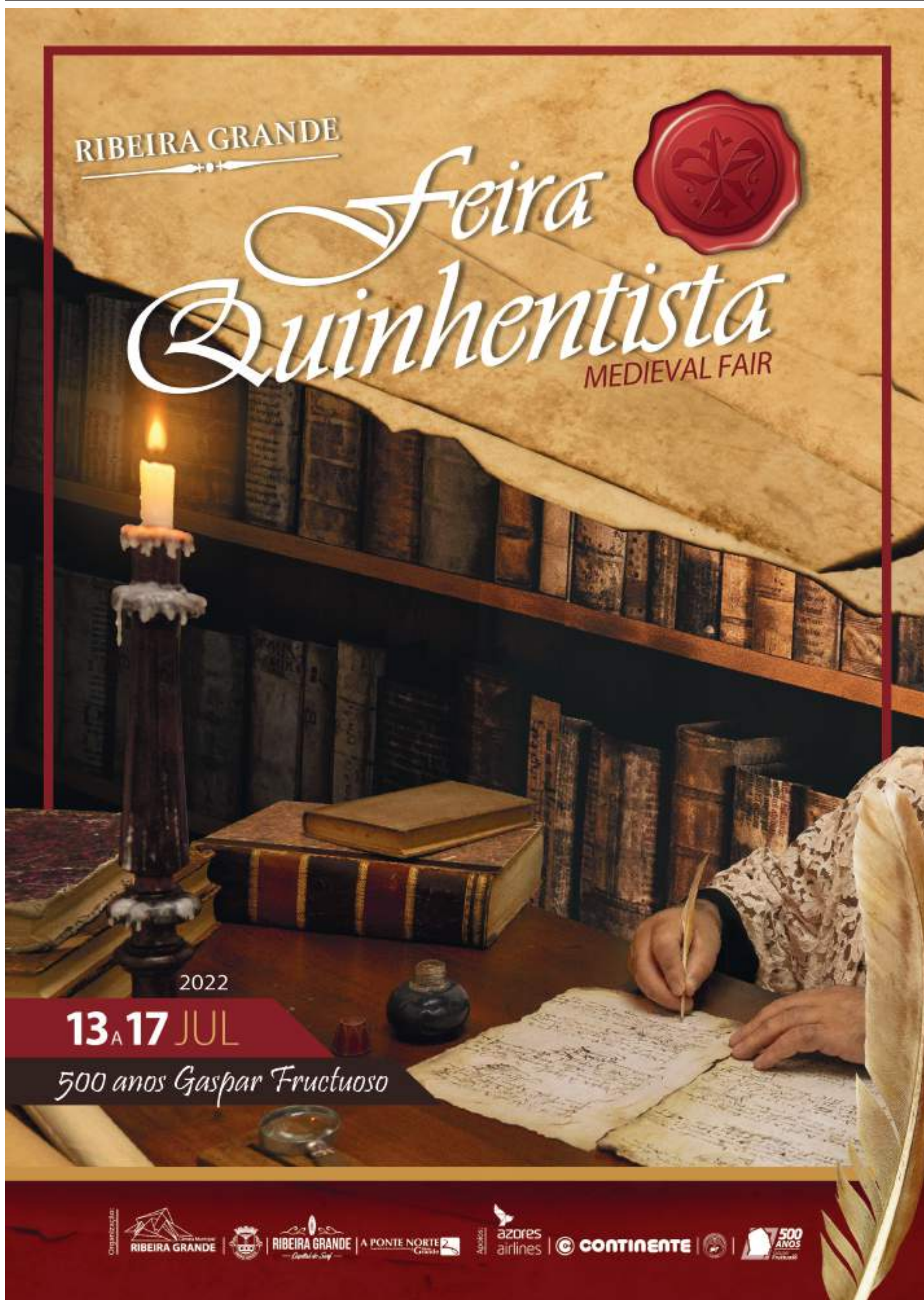
pessoas podem ter pensado que o Rui Açoriano ficou aí uns meses parado e voltou para os Açores, mas não, o Rui não voltou para os Açores, continua a trabalhar no mundo da música e a gravar o seu trabalho juntamente com a JB Produções. Portanto, estejam atentos às televisões nacionais, porque vão surgir novas datas e novidades.

Passando agora para o seu empresário... Jorge Bandeira, representa mais algum artista açoriano?

Não, açoriano é o único e já me estou a ver à nora. Isto foi tudo uma junção de situações que me fizeram chegar ao Rui. Ele expôs-me o trabalho dele, eu vi que ele tinha bastantes capacidades, tinha talento e a história de vida dele impressionou-me pela positiva. Ele é um lutador, é um filho da Terra, dos Açores, mas tenho quase a certeza absoluta que ele no continente é tratado como se fosse um português do continente. Foi uma aposta para o tentar ajudar para que ele não regressasse aos Açores, sem realizar o seu sonho. Ele foi para o continente para realizar o seu sonho e a JB produções, a sua equipa e alguns apoios, estão a ajudar o Rui a chegar ao patamar que ele pretende. Esperemos que daqui um tempo seja um nome da música popular portuguesa que seja ouvido em Portugal continental e nos quatro cantos do mundo, é para isso que estamos a trabalhar.

Senhor empresário, não sei se tem mais alguma coisa a dizer, se quiser está à vontade...

Queremos agradecer a sua mobilidade para com o Rui Açoriano, é sinal que o nome do Rui já está a ser um nome sonante a nível da música popular portuguesa, tanto no continente como nos Açores. Nós fomos contactados pela televisão e nós não podíamos perder esta oportunidade, tínhamos de lhe dar este brinde pelo magnífico trabalho que ele tem feito. Espero que um dia ele volte cá para fazer o maior espetáculo da vida dele.



RIBEIRA GRANDE

Feira Quinhentista

MEDIEVAL FAIR

2022

13 A 17 JUL

500 anos Gaspar Frutuoso

Organização: RIBEIRA GRANDE

RIBEIRA GRANDE Capital do Sul

A PONTE NORTE

azores airlines

© CONTINENTE

500 ANOS

O GRUPO MARCOU PRESENÇA NO “SOMOS PORTUGAL” EM SÃO MIGUEL

“Nós decidimos nos aguentar, sempre na expectativa que ia melhorar, tanto a pandemia como para nós”

Maria Melo e Pedro Botelho, elementos do grupo “Explosão Radical”, são naturais de Rabo de Peixe e o sonho de serem tor-narem profissionais na música forçou-os a mudarem-se para o continente. Hoje em dia, vivem em Viseu e ambicionam a divulgação do CD que lançaram em 2019 que, devido à pandemia, “não tivemos oportunidade de mostrar”. Em entrevista ao AUDIÊNCIA, o grupo aproveitou para falar sobre o percurso profissional, enaltecendo a persistência e resiliência que os últimos anos exigiram.

Entrevista por Joaquim Ferreira Leite
Texto por Ana Correia Ferreira



cadinho de fé que chegasse o dia em que essa pandemia que desaparecesse e voltássemos ao palco outra vez.

Contaram-me que a vossa ambição era serem profissionais da música e que, finalmente, o conseguiram, é verdade?

MM: Sim, estamos a fazer concertos no continente, não de norte a sul, mas no norte e centro. Estamos a fazer os nossos concertos e a nossa agenda já está a ficar preenchida, os números que já temos já é muito bom, mas queremos ver se aparecem mais durante o verão.

Nós conhecemos as músicas de vocês cantavam cá, de lá para cá e aproveitando a pandemia, o que é que vocês descobriram novo e que têm para apresentar?

MM: Ainda temos o álbum antigo que gravamos e lançamos no ano de 2019, porque quando parou a pandemia nós também paramos. Agora, como este ano a gente está a ver que as coisas está novamente a abrir, vamos traba-

lhar num novo álbum até concluir para aí uns 10 temas.

Quem é que está a trabalhar nesses temas? São vocês ou tem alguém que escreve para vocês?

MM: É o nosso produtor José Carlos Monteiro que mora em Águeda, numa hora estamos lá e trabalhamos isso com ele.

Vocês partiram cheios de sonhos para Viseu, depois houve uma nuvem negra que passou e que vos atrapalhou, não pensaram em desistir?

PB: Desistir não, como era o momento de pandemia e estava toda a gente em casa, não era fácil de estar lá sem o apoio da família, mas desistir da música não. Nós decidimos nos aguentar, sempre na expectativa que ia melhorar, tanto a pandemia como para nós. A partir deste ano, como abriram as restrições, começamos a divulgar o nosso trabalho que era suposto divulgar em 2019.

Qual é que tem sido a adesão das pessoas?

PB: A adesão das pessoas tem sido muito boa, nota-se que o povo fica animado, porque é o estilo musical que as pessoas adoram, a música pimba.

Pela música que eu vos oiço cantar, vocês continuam mesmo patamar, digamos assim, um patamar evolutivo dentro do mesmo estilo...

MM: Sim, porque basicamente lançamos o CD em 2019 e não tivemos tempo suficiente para o promover. Não tivemos oportunidade de mostrar o nosso trabalho, por isso não pensamos, durante a pandemia, em fazer um novo trabalho, uma vez que queríamos apre-

sentar o que ficou ali parado devido à pandemia.

Quais são as ambições e sonhos que ainda têm?

PB: As nossas ambições são o exterior, fora de Portugal.

Acreditam que vão longe?

MM: Acredito, a gente tem sempre aquele bichinho.

Qual é a música que têm que cantar sempre nos vossos espetáculos?

MM e PB: Quando o coração bate.

E o coração bate mesmo?

Maria Melo – Bate sempre com muita força.

Nos vossos espetáculos no continente, os Açores vêm a palco ou não?

MM: Sim, através do nosso sotaque estão sempre presente. Para além disso, temos músicas tradicionais, bailinhos daqui de São Miguel. Temos também um tema original que é bailinho que fala cá da Ribeira Grande e Rabo de Peixe, em que estamos a discutir sobre a vila e a cidade da Ribeira Grande.

Tem alguma mensagem que gostariam de deixar aos Açores e ao Grande Porto?

PB: O que eu tenho a dizer é que a nossa partida para Portugal Continental foi muito gratificante para nós. Há uma evolução diferente de lá para cá, não sei se é por causa das fronteiras que há entre países, em que trocam as nacionalidades, mas nota-se que há muita diferença.

E tu Maria, vais parar onde?

MM: Até ao fim do mundo!

TREINADORA CONQUISTOU TAÇA DE PORTUGAL DE FUTEBOL FEMININO

Voto de Congratulação a Mariana Cabral

Mariana Martins de Medeiros Vieira Cabral nasceu na freguesia do Pico da Pedra a 27 de agosto de 1987. No ano de 2004, tornou-se jogadora federada pelo Clube União Micaelense, disputando o campeonato distrital da Associação de Futebol de Ponta Delgada, em futebol de 7. Entre 2006 e 2009 integrou o Odivelas Futebol Clube, onde competiu no Campeonato Nacional da 2ª Divisão Nacional e Taça de Portugal. Foi jogadora e campeã nacional pelo Sociedade União 1º de Dezembro, equipa que deixou em 2013, numa fase em que já treinava os escalões de formação do clube. No ano de 2013, fez o Curso de Treinador UEFA C – Grau I, na Associa-

ção de Futebol de Lisboa, prosseguindo para o Curso de Treinador UEFA B – Grau II, em 2016. Mariana Cabral foi para o Sporting Clube de Portugal nesse mesmo ano, deixando o escalão sub-17 feminino do Estoril para assumir o comando técnico das juniores e equipa B do Sporting, em simultâneo com a coordenação técnica dos escalões de formação femininos.

Passou a treinadora principal da Equipa B feminina do Sporting Clube de Portugal, em 2018, e em 2021 foi nomeada treinadora principal da equipa A feminina do mesmo clube, tendo disputado provas de prestígio como a Supertaça, a Liga BPI, a Taça de Portugal e a

Taça da Liga. Na época desportiva de 2021/2022, Mariana Cabral, enquanto treinadora principal da equipa A feminina do Sporting Clube de Portugal, conquistou a Taça de Portugal frente ao Famalicão, o feito mais importante da sua ainda curta carreira no mundo do futebol.

Pelo seu percurso, determinação, empenho, e pela sua mais recente conquista, representa um enorme orgulho para o povo açoriano. Por esse motivo, foi apresentado um voto de congratulação a Mariana Cabral pela deputada Délia Melo, do PSD, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que foi aprovado por unanimidade. STA



Mariana Cabral é treinadora da equipa A feminina do Sporting Clube de Portugal



Deputada Délia Melo, do PSD

CADEIA DE PONTA DELGADA

Paulo Moniz solicitou concessão para visitar o Estabelecimento Prisional

Paulo Moniz, deputado à Assembleia da República, solicitou ao Ministério da Justiça permissão para visitar o Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, onde pretende “aferir as reais condições de uma estrutura que já nem devia funcionar”. O social-democrata assegurou que “este é um longo processo, gerido de forma desleixada pelo Governo da República, que perdeu tempo infinito a remover bagacina na Mata das Feiticeiras, sem nunca conseguir lançar o concurso público, mas que agora diz que vai começar tudo de novo e trabalhar rapidamente



Paulo Moniz, deputado à Assembleia da República

te”. Ao longo dos anos, vários episódios apontaram para a resolução do problema, no entanto, na semana passada, o Tribunal Central Administrativo “mandou que todo o processo de

construção da nova Cadeia voltasse à estaca zero, pois uma das empresas que foi a concurso apresentou queixa devido a ilegalidades do mesmo”.

O deputado açoriano salientou que o estabelecimento prisional “apresenta um elevadíssimo e já insustentável grau de degradação, fazendo com que a comunidade reclusa viva em precariedade permanente e prolongada, em instalações sobrelotadas e sem condições mínimas de salubridade e dignidade humana”. Paulo Moniz asseverou também que “todo este processo revela o profundo desleixo

com que o Governo da República tem gerido o assunto”, visto que “já passaram demasiados anos com esta discussão sobre a necessidade, que é efetiva, da construção de uma nova cadeia na maior ilha açoriana”. Neste sentido, o deputado espera, através da visita, “contribuir para que as pessoas entendam a realidade que está em causa, e que tem a ver com a dignidade humana de quem está preso na Cadeia de Ponta Delgada. Esse é o ónus de todas as incertezas em torno de um processo que é condenável”. ACF

REQUALIFICAÇÃO DO MIRADOURO DA LAGOA DO FOGO

IL quer saber porque é que o Governo não fez um estudo de impacte ambiental

Nuno Barata, deputado da Iniciativa Liberal no Parlamento dos Açores, demonstrou a sua vontade de conhecer os “critérios que fundamentaram a dispensa de avaliação do impacte ambiental do novo anteprojecto de requalificação do Miradouro da Lagoa do Fogo”, por parte da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, no âmbito da gestão da área protegida.

Num requerimento entregue na Mesa da Assembleia Legislativa da Região, Nuno Barata apontou que a legislação regional sobre a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente e a avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, só podem ser dispensados “em circunstâncias excepcionais”.

Por conseguinte, os liberais acrescentaram, ainda, que “a avaliação dos efeitos de determinados projetos deve desenrolar-se e ajustar-se à componente da participação pública e do acesso do público à informação, tão essencial à justa necessidade de compreensão, pelos cidadãos, de decisões cujos conteúdos têm, na maioria das vezes, elevadas repercussões no meio social, ambiental e cultural”.

Assegurando que o Governo Regional parece querer avançar com o projeto de intervenção no Miradouro da Lagoa do Fogo, a Iniciativa Liberal solicitou uma “cópia do relatório, com os critérios que fundamentam a dispensa de Avaliação de Impacte Ambiental do novo Anteprojecto de Requalificação do Miradouro da Lagoa do Fogo”, assim como, “em relação ao processo de consulta pública” requereu infor-



Nuno Barata, deputado da Iniciativa Liberal no Parlamento dos Açores

mação sobre “quantas participações ocorreram no processo de consulta pública? Qual o conteúdo destas participações e/ou sugestões públicas e que impactes tiveram essas participações na elaboração/finalização do referido projeto?”, questionando, também, “quais foram as participações que foram acomodadas no projeto final?”.

Neste contexto, Nuno Barata pediu, ainda, ao Governo Regional dos Açores uma “cópia do relatório de consulta pública do novo Anteprojecto de Requalificação do Miradouro da Lagoa do Fogo”, garantindo que pretende conhecer “o orçamento previsto para a realização da obra”, solicitando também uma “cópia do projeto final, com a descrição das obras a efetuar e descrição dos diversos materiais a utilizar”.

A Iniciativa Liberal assume-se como sendo contra a intervenção que o Governo Regional pretende realizar no Miradouro da Lagoa do Fogo, correndo trâmites na Comissão Parlamentar de Ambiente, uma iniciativa apresentada por Nuno Barata, que propõe a adoção de uma solução alternativa de visitação ao espaço, através de um serviço de shuttle. TD

EVENTO CONTOU COM CERCA DE 450 PARTICIPANTES

Peddy Paper: “À Descoberta da Cultura Açoriana”

No dia 3 de junho, o centro histórico de Ponta Delgada acolheu o peddy paper: “À Descoberta da Cultura Açoriana” promovido pela EPROSEC em parceria com a Câmara Municipal de Ponta Delgada. João Ricardo, diretor da EPROSEC, afirmou que objetivo desta atividade era “mostrar alguma coisa sobre a nossa terra, sobre as nossas profissões antigas” e mostrou-se satisfeito com o resultado final: “penso que foi um sucesso e era isso que se pretendia”. As atividades deste evento foram planeadas pelos finalistas do



curso profissional Técnico de Animação Sociocultural, com a ajuda da turma do 2º ano do curso Técnico de Apoio Psicossocial. Este evento contou com a participação de várias entidades, entre elas, EBI/JI Engenheiro José Cordeiro; CDIJ-Porto Seguro; Aurora Social; Centro Intergeracional dos Arrifes; Escola

Secundária Domingos Rebelo. O peddy paper “À Descoberta da Cultura Açoriana” percorreu vários pontos da cidade, mas foi no Campo de São Francisco e nas Portas da Cidade que os participantes foram desafiados a experienciar artes e ofícios tradicionais. Este evento constituiu um grande desafio para os formandos, visto que envolveu grande preparação logística e de materiais. João Ricardo realçou que os formandos tiveram “uma perceção bastante significativa de como era o mundo há cerca de 40/50 anos”. O projeto teve o

apoio de diversas entidades, entre elas, Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas; Unileite; McDonald's; Museu Militar dos Açores; Boa Fruta; AJM Cordeiro; Lagarta; Barber Shop; La Bamba Bazar; Solidariad'Arte; Accional; Irmandade do Senhor Santo Cristo; Oficina Museu de Capelas; Sr. Bento Silva e Sr. Hugo Raposo. O diretor da EPROSEC, enalteceu o contributo das entidades realçando “o grande contributo e disponibilidade que apresentaram para colaborar connosco”. ACF

110º ANIVERSÁRIO ASSINALOU UMA NOVA ERA NA HISTÓRIA DA AHBVF

Bombeiros Voluntários do Faial inauguraram o seu novo quartel operacional

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Faial (AHBVF) comemorou, no passado dia 16 de maio, o seu 110º aniversário, com a inauguração de um novo quartel operacional, no Parque Empresarial e Tecnológico da ilha. Este marco, duplamente histórico para a AHBVF, contou com a presença de José Manuel Bolieiro, presidente do Governo dos Açores, Luís Garcia, presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, e Carlos Ferreira, presidente da Câmara Municipal da Horta, entre inúmeras entidades civis e militares.

Por Tânia Durães

Fundada a 16 de maio de 1912, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Faial (AHBVF) ocupou, durante 93 anos, aquela que foi a sua primeira sede, em edifício próprio, em frente à Praça da República, no centro da cidade da Horta. Assim, no âmbito da comemoração do 110º aniversário desta AHBVF, realizou-se, no passado dia 15 de maio, a cerimónia de despedida do Quartel da Matriz, que contemplou a última imposição de distinções honoríficas da Liga dos Bombeiros Portugueses ao Corpo de Bombeiros desta instituição, referente aos anos de 2020 e 2022, sendo que, depois do desfile da formatura e fanfarras, a sirene soou pela última vez na Matriz e os veículos desfilaram até à sua nova casa. O novo quartel da AHBVF foi inaugurado no dia seguinte, no Parque Empresarial e Tecnológico da Ilha do Faial, na Freguesia das Angústias, na presença de José Manuel Bolieiro, presidente do Governo dos Açores, Luís Garcia, presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, e Carlos Ferreira, presidente da Câmara Municipal da Horta, entre inúmeros representantes de entidades civis e militares.

Neste contexto, José Braia Ferreira, presidente da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Faial, afirmou, em entrevista exclusiva ao AUDIÊNCIA, que a inauguração do novo quartel assinalou “um marco duplamente histórico para a AHBVF e, em suma, o culminar de todos os esforços e vontades, que foi necessário congregar, em prol da concretização deste objetivo há muito reivindicado e da sua inquestionável importância para a Ilha do Faial”.



Desde a sua existência, esta instituição tem-se pautado por um serviço contínuo, primariamente ao conselho da Horta e à população faialense. Atualmente, possui 53 bombeiros nos seus quadros de comando e ativo, dos quais 32 são assalariados, assim como cinco trabalhadoras não-bombeiras, perfazendo um total de 37 colaboradores, que, diariamente, procuram exercer com rigor, profissionalismo e espírito de bem servir, as funções de que estão incumbidos. Para o presidente da AHBVF, cargo que exerce desde dezembro de 2014, “a construção do novo quartel operacional foi, sem dúvida, o maior desafio individual e coletivo. Foram precisos cerca de 20 anos para que, em junho



de 2016, se desse, finalmente, início a esta operação de investimento”. Após inúmeras vicissitudes, a obra, orçada em 2,8 milhões de euros, acrescidos de IVA, foi executada ao longo de 18 meses, tendo a receção provisória ocorrido a 11 de março de 2022. Por conseguinte, a transição paulatina para o novo quartel ocorreu ao longo do passado mês de abril, estando esta associação a funcionar a 100% no novo edifício, desde a tarde do dia 5 de maio. “O dia 16 de maio de 2022 foi, por isso, o feliz culminar

do esforço e dedicação emprestados por todos aqueles que, com farda e sem farda, trabalharam arduamente, em prol da concretização deste grande objetivo, desde os membros dos órgãos sociais, bombeiros, trabalhadores civis e todos os demais colaboradores da associação, passando, obviamente, pelo Governo Regional dos Açores e Câmara Municipal da Horta, que são nossos parceiros indispensáveis e a quem estamos profundamente agradecidos”, sublinhou José Braia Ferreira.



Carlos Ferreira, presidente da Câmara Municipal da Horta

Assegurando que a construção do novo quartel da AHBVF permitirá “dar um passo gigante a nível qualitativo”, o presidente desta instituição explicou que se trata de “um equipamento de ponta, orientado para o futuro, que permitirá proporcionar melhores condições de trabalho aos bombeiros, elevar o grau de proteção, prontidão e eficiência dos meios de emergência, assim como a prestação de um serviço cada vez melhor à população faialense”.

José Braia Ferreira aproveitou, ainda, a ocasião para chamar à atenção da tutela “para a importância e necessidade de melhorar as acessibilidades do lado norte da Ilha do Faial, questão que ficará ultrapassada com a construção da segunda fase da Variante à cidade da Horta, cujo início está previsto para 2023 e que permitirá um acesso mais franco e flexível dos meios de socorro a todas as freguesias”.

Presente na cerimónia de inauguração do novo quartel da AHBVF e também evocativa do 110º aniversário desta instituição, José Manuel Bolieiro, presidente do Governo dos Açores, classificou este espaço como sendo “magnífico”, garantindo que “representará ganhos de eficácia à ação de quem ajuda e salva os cidadãos”.

“Já fomos testados várias vezes, em várias ilhas e concelhos, pela rudeza da natureza, com danos materiais e pessoais trágicos, em muitas circunstâncias”, lembrou o governante, deixando um reconhecimento a todas as bombeiras e bombeiros que “intervêm para minimizar os efeitos” da natureza, por exemplo.

Garantindo que o XIII Governo dos Açores está, desde o primeiro dia, “pronto e disponível para o diálogo, a concertação e as sinergias, para se obter o que é realizável”, José Manuel Bolieiro lembrou, ainda, o aumento de verbas para a Proteção Civil e para as 17 associações de bombeiros da Região Autónoma, acrescentando que subiu 8,3% o apoio no transporte de doentes não urgentes, “uma dinâmica de progresso e de reforço dos apoios”. Por outro lado, Luís Garcia, presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, fez questão

de salientar que os Bombeiros Voluntários do Faial começaram “um novo ciclo de vida” e que “depois de décadas a sonhar e a lutar por instalações condignas, por melhores condições de trabalho e equipamento, cumprir esse sonho, no mesmo dia em que se celebram os 110 anos da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Faial, só pode ser um bom auspício para os bombeiros faialenses e para o município da Horta”.

Também o presidente da Câmara Municipal da Horta, Carlos Ferreira, congratulou a AHBVF pelas novas instalações e felicitou a corporação pelo seu 110º aniversário, uma instituição que considera como sendo de “extrema importância para a comunidade e um dos mais importantes parceiros desta nossa missão de servir e proteger as nossas populações”.

Depois de visitar as novas instalações, o edil revelou que o novo quartel torna ainda mais urgente a construção da segunda fase da Variante à cidade da Horta. “Trata-se de uma obra estruturante para esta ilha e para a sua população. A segunda fase da Variante será fundamental para servir de via de ligação ao aeroporto, para reorganizarmos o trânsito no interior da cidade e, também, para garantir o rápido socorro às populações do lado norte da ilha, agora que os veículos de emergência passaram para este lado da cidade”, defendeu o autarca, transmitindo, ainda, ao presidente do Governo Regional dos Açores, o seu agrado sobre a decisão do executivo avançar com esta obra, e reiterando que “é fundamental que todos os procedimentos administrativos sejam concluídos este ano e que a obra avance efetivamente em 2023, após mais de 25 anos de espera”.

As celebrações do 110º aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Faial terminaram a 28 de maio, com a iniciativa “Dia Aberto à Comunidade”, que contou com a presença dos elementos da Escola de Infantes e Cadetes da AHBVF para realização de visitas guiadas e procurou, segundo José Braia Ferreira, “dar a conhecer aos faialenses o seu novo quartel operacional”.



José Braia Ferreira, presidente da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Faial



José Manuel Bolieiro, presidente do Governo Regional dos Açores



Luís Garcia, presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, fez questão de marcar presença no 110º aniversário da AHBVF

INCLUSÃO SOCIAL

Projeto açoriano em parceria com Fundação Galp marcou presença no Rock in Rio

A edição deste ano do Rock in Rio realizou-se, nos dias 18, 19, 25 e 26 de junho, no Parque da Bela Vista. A 9ª edição do festival em Lisboa contou com o espetáculo Som.Sim.Zero protagonizado pela Associação de Surdos de São Miguel e pela Escola de Música de Rabo de Peixe. Este concerto surgiu no âmbito de um projeto apoiado, desde 2019, pela Fundação Galp e desenvolvido em parceria com o coletivo açoriano Ondamarela.

Por Ana Correia Ferreira

No dia 25 de junho, o Galp Orange Spot recebeu o inovador espetáculo – Som.Sim.Zero. Este espetáculo representou um novo passo esta parceria, que tem tido em vista a participação regular de um núcleo de artistas da Associação de Surdos de São Miguel em espetáculos musicais associados ao Festival Tremor, que se realiza todos os anos em Ponta Delgada, nos Açores. A equipa artística do coletivo Ondamarela criou, especificamente para o Rock in Rio, um espetáculo que juntou 10 artistas da Associação de Surdos da Ilha de S. Miguel; 12 da Escola de Música de Rabo de Peixe e ainda cinco músicos de suporte da Ilha de São Miguel. O espetáculo,



DR/Bruna Buinotto

para além de ter sido um exercício de sensibilização da opinião pública e dos media, foi uma experiência memorável para os participantes e um poderoso momento de comunhão com o público.

O projeto, que utiliza a energia da música como motor de inclusão social, esteve presente, pela primeira vez, num dos principais festivais de música do mundo com o apoio da Galp. Tendo por base o novo propósito da

energética, o espetáculo resultou num momento de mobilização para combater a exclusão social. Diogo Sousa, diretor-geral da Fundação Galp, assegurou que “o Rock in Rio, pelo seu ADN, é o palco certo para promover este espetáculo como um exemplo de inclusão social. O futuro será tanto melhor quanto maior diversidade e maior representatividade tiver e acreditamos que projetos culturais, recreativos e artísticos como este ajudam a

esbater estigmas e a demonstrar que todos temos algo de positivo a aportar à comunidade”. A inclusão social é um dos principais vetores de ação da Fundação Galp, que abraçou a causa da Associação de Surdos da Ilha de São Miguel. Esta entidade tem como missão o desenvolvimento e a criação de estruturas de apoio ao cidadão surdo, de forma a garantir a sua autonomia, individualidade e direitos.

AUTARCA DESTACOU A RELEVÂNCIA DO COMBATE AO FLAGELO DAS DEPENDÊNCIAS

Jaime Vieira enalteceu o papel do Lions na vila de Rabo de Peixe

O presidente da Junta de Freguesia de Rabo de Peixe, Jaime Vieira, reuniu-se com a governadora do Distrito 115 Centro/Sul do Lions, Sofia Félix, que esteve na Ilha de São Miguel, para conhecer melhor a realidade lionística local e perceber o que podia ser feito, em parceria com outras entidades, para aprofundar a ligação do movimento às gentes de cada terra. Esta sessão contou com a presença de António Pedro Costa, presidente da Assembleia de Freguesia de Rabo de Peixe, bem como de outros elementos ligados ao movimento, oriundos das ilhas de São Miguel e Santa Maria.

Neste seguimento, o autarca aproveitou a ocasião para alertar para o facto de “todos sermos poucos para combater o flagelo das dependências”, aludindo ao número de jovens que estão

a consumir drogas, em particular sintéticas, com os malefícios que daí advêm para a saúde individual e para os conflitos familiares que geram.

Assegurando que a necessidade de intervenção é premente, Jaime Vieira elogiou o papel do Lions de Rabo de Peixe, realçando “a importância que o Lions de Rabo de Peixe tem na vila, na medida em que permite obter respostas a missões que, à primeira vista, pareciam impossíveis. E é, também, um parceiro de excelência da Junta de Freguesia, pois permite-nos chegar onde ainda não tínhamos conseguido”. “É através desta articulação, que temos conseguido dizer sim a vários pedidos de apoio, sejam eles de índole educacional, social, ou até mesmo, ambiental. O Lions de Rabo de Peixe tem sido um grande parceiro desta



Jaime Vieira, presidente da Junta de Freguesia de Rabo de Peixe



Sofia Félix, governadora do Distrito 115 Centro/Sul do Lions

vila”, sublinhou o edil rabopeixense, evidenciando que “as pessoas dão muito de si aos outros, sem pedir nada em troca”. Com vários objetivos no horizonte, um deles alicerçado por Manuel Ledo, Jaime Vieira desafiou o Lions de Portugal a “estabelecer mais parcerias connosco, para que possamos levar a ajuda a mais pessoas e continuarmos a esbater o estigma, que ainda se nota, quando se fala de Rabo de Peixe”. O presidente da Junta de Freguesia de Rabo de Peixe fez, ainda, questão de ressaltar que a vila “é um mundo por descobrir e quem vem conhecer sai com uma ideia diferente, para melhor, daquela que tinha antes de vir. Por isso, é que somos uma vila sui generis e, por isso, é que muita gente que vem para cá trabalhar, por períodos de tempo curtos, acaba por querer ficar”. TD

O passe das Poças



Alfredo da Ponte

A cada dia de cavalhadas hei-de recordar o passe das Poças que me foi prometido, e ainda nem sombras dele vi, e nunca verei.

A verdade é que eu não sou assim, tão pobre, nem estou à espera de um passe gratuito para utilizar a estância balnear da Ribeira Grande. Porém, debaixo de brincadeira a coisa cairia em graça e haveria de se tornar engraçada. Porque a própria ideia do passe, da brincadeira veio.

Em 2017 fiz uma viagem relâmpago a São Miguel, com o propósito de participar nos festejos da cidade que celebrava o seu trigésimo sexto aniversário.

Tendo chegado à Ribeira Grande por volta das oito, depois de aborrecer um pouco a família enfiar-me nas Poças às dez. Entre sol e água salgada recordei Ti Mariano - o tal guardião daquele espaço nas décadas de setenta e oitenta.

Ali mesmo, deitado ao sol, pus-me a escrever uma crónica sobre a pessoa e o lugar, enviando-a de seguida aos três jornais diários de São Miguel, que a publicaram no dia seguinte, 28 de Junho.

A véspera de São Pedro foi outro dia de mar e sol que ocupou todo o meu tempo entre Trindades e Avé-Marias.

Chegando a casa de minha irmã, ao anoitecer, ouço-a, sem querer, falando com a filha ao telefone, dizendo-a que ninguém via o tio em lado nenhum, porque ele se metia nas Poças de manhã, e de lá só saía à noite.

O vinte e nove de Junho foi diferente, porque tendo sido convidado a assistir à chegada das cavalhadas nos Paços do Concelho, não me de-

veria atrasar. Mas o espaço de tempo vazio entre os cavaleiros e a sessão solene do aniversário da cidade dava direito a mais dois ou três mergulhos na água salgada. Por isso, guardei na algibeira o bilhete de entrada das Poças, que usara pela manhã.

Enquanto não chegava a alvorada, no palácio do governo municipal eram notórios os mais variados cumprimentos, e pés-de-conversa a torto e a direito, tais como os modos de cortesia invulgares que só se vê nas festas e galas, e em situações de dar nas vistas. No meio de tudo isso também aparecem momentos para graças, piadas e gracinhas, as quais geram os bonitos sorrisos para serem duplicados nas fotografias de propaganda.

Estávamos nisto. A certa altura, à beira da varanda, uma conversa fiada com José António Garcia e Alexandre Gaudêncio, presidentes municipais, respetivamente da Assembleia e da Câmara.

Por um momento tive a necessidade de levar uma das mãos à algibeira, a tirar de lá qualquer coisa, que acabou trazendo consigo o bendito bilhete das Poças, que foi logo reconhecido pelo José António, o qual não perdeu a oportunidade de decifrar o pensamento:

“O Alfredo está à espera que isto acabe, para se ir enfiar nas Poças, outra vez. Ele até guardou o bilhete desta manhã... Ele não veio da América para a Ribeira Grande. Veio, sim, para as Poças. Só passa pela Ribeira Grande nas horas vagas...”

Se o bilhete é válido por todo o dia porque havemos de pagar duas vezes?

A esta pergunta respondeu Gaudêncio com aquele sorriso que lhe é único, virando-se para José António:

“A gente vai arranjar-lhe um passe para as Poças. Gratuito. Assim, ele há-de vir da América mais vezes.”

E os dois acrescentaram:

“Mas não é para ficar nas Poças de sol a sol. É para ir e voltar quantas vezes forem necessárias.”

A verdade é que me sentiria muito honrado com o passe das Poças, e isto eu lhes disse na mesma altura. Aceitaria como se tratasse de uma medalha de mérito.

E como na brincadeira muitas vezes se fala a sério, fiquei mais ou menos convencido que uma surpresa me espreitava a curto prazo, o que nunca veio a acontecer.

Passados uns meses, sempre debaixo da brincadeira, perguntei ao presidente da Câmara pelo passe. Ele retorquiu-me que aquilo era um assunto da competência da Assembleia Municipal.

Fiz a mesma pergunta ao presidente da Assembleia, e a resposta indicou que só a Câmara o poderia conceder.

Pelo menos, tiveram a consciência de não me enviar para a Junta de Freguesia, ou para a Casa do Povo, ou até mesmo para a Santa Casa da Misericórdia. Bom sinal. Deus nos livre de torturas diplomáticas. Viva o esquecimento!

A banhoca matutina nas Poças é incomparável com as outras dos variados pontos da ilha. O mesmo se pode dizer da vespertina. São diferentes e distintas em formas e aspetos.

O sol, que nasce para a ilha na força do verão por volta das seis, na Ribeira Grande só começa a raiar praticamente às oito horas, depois de completar a dolorosa escalada do Monte Escuro e iluminar o Pico das Freiras.

Por sua vez, à volta das nove da noite dá-se o pôr-do-sol. Um pouco ao largo da Ponta dos Mosteiros, ou da Ferraria, e pode ser apreciado em toda a enseada ribeiragrandense. Espectáculo sublime de alto nível.

Depois de duas canecas de cerveja no Alabote, ou no Tuká-Tulá, ou até mesmo no bar das Poças, aplaudindo a despedida do Sol qualquer poeta pode dar à luz uma bonita estrofe.

Mas se a cerveja pode esperar, porque em Julho dez da noite ainda é cedo, aproveita-se o mar enquanto se puder distinguir as pedras da areia. Porque a água do mar, com o seu salgadinho paladar, sempre gostosa, e de tempero tão apreciado pelos ribeiragrandenses, prepara o corpo para o pesado bafo da noite, nas banhocas do pôr-do-sol.

Deita-te corpo, e descansa

Já fizeste o teu trabalho.

As ondas de maré mansa

São cartas do meu baralho.

Lá vem a onda doirada.

Não haja quem a confronte.

Traz beijos da minha amada

Mais o sol do horizonte.

Por sua vez, diziam os médicos que o banho do nascer do sol era o mais saudável, ao passo que o vulgo antigo afirmava que o batismo da aurora era o melhor remédio para se manter o corpo fresco todo o dia.

Disso não temos dúvidas, e a memória transporta-nos aos finais da década de sessenta do século vinte.

Às seis da manhã já havia gente nas Poças, tomando banho no mar. Mães com filhos e filhas. Rapazes de calção curto e mulheres de saias compridas.

Na década seguinte, a piscina que funcionou por pouco tempo ao lado do Castelo nos seus curtos tempos de vida fez concorrência às Poças. Aquele retângulo de água azulada na primeira claridade do dia convidava ao salto da cerca (só abria às nove). Por isso saltámos-la várias vezes, antes das sete da manhã nos dias úteis.

O banho não era tão bom como o das Poças. Valia, neste caso, o salto da cerca, que durou até terem construído uma outra. Mais alta. Além disso, também foi alterado o horário do funcionário responsável pela manutenção da piscina. Passando este a ir trabalhar mais cedo, terminaram os saltos da cerca.

Por hoje é tudo. Com o passe ou sem ele, irei às Poças. Se passe não tiver quando lá chegar, comprarei o bilhete de entrada. Alguém me abrirá a porta e há-de dizer: “Passe, se faz favor”.

Ondas são toques que brinco,

Trindades toques de bronze.

Mais vale um banho das cinco

Do que uma missa das onze.

Quem me dera ser um peixe

Para nadar no teu mar.

Oxalá que Deus me deixe

Às minhas Poças voltar.

São Pedro, do horizonte

Guarda bem as tuas moças

E deixa Alfredo da Ponte

Ir tomar banho às Poças.

Audiência
RIBEIRA GRANDE

ESTATUTO
EDITORIAL

O AUDIÊNCIA RIBEIRA GRANDE é um jornal generalista preocupado com toda a actividade desenvolvida, no concelho da Ribeira Grande e, pelos ribeiragrandenses, independentemente do local do mundo, onde se encontrem. Prometendo defender, intransigentemente, o seu carácter independente está aberto à colaboração de todos os cidadãos. Para aqui podem endereçar todos os contributos que permitam uma ampla divulgação das localidades e permitam uma intrínseca troca de conhecimentos que contribua para o desenvolvimento cultural e social do concelho mais jovem de Portugal. O AUDIÊNCIA RIBEIRA GRANDE compromete-se a assegurar o respeito pelos princípios deontológicos e pela ética profissional dos jornalistas, assim como pela boa fé dos leitores.

FICHA TÉCNICA - Propriedade: ARG Comunicação, Lda | Empresa jornalística nº 223977 | NIF:514574097 | Sede: Rua do Mourato, 70 - A, 9600-224 Ribeira Seca - Ribeira Grande - São Miguel - Açores | Diretor: Joaquim Ferreira Leite | Editora: Joana Vasconcelos | Redação: Tânia Durães, Sara Tavares Almeida | Colaboradores Permanentes: Rita Castro Gonçalves, João Edgardo Vieira | Departamento comercial: Maria Cruz, mariacruzaudiencia@gmail.com Telefone: 937 962 972; Paulo Carvalho, paulo.carvalho.audiencia@gmail.com, telefone 919 836 349 | Site: www.audiencia.pt | Email: geral@audiencia.pt (redação) | Detentores do capital social: Madalena Filipa dos Santos Pereira Leite (50%) e Pedro Filipe dos Santos Pereira Leite (50%) | Inscrição nº 126 865 | Nº de Depósito Legal: 408801/16 | Impressão: LUSOIBÉRIA - Av. da República, n.º 6, 1050-191 Lisboa; contacto: 914 605 117 comercial@lusoiberia.eu | Tiragem: 6.000 exemplares

RIBEIRA GRANDE

Feira Quinhentista

MEDIEVAL FAIR



13 A 17 JUL

500 anos Gaspar Frutuoso

Programa

ajustes e alterações

13 julho Gaspar Frutuoso e as Ilhas Canárias e do Cabo Verde Do Livro I de "Saudades da Terra"

- | 19:30 | Abertura do mercado com arruadas
Saltimbancos, atuações burlescas e Jucosas
- | 21:00 | Mendigos, taberneiros e arruaceiros
Entre Tratados e Reinos - A Linha de Tordesilhas
Danças Medievais e Urros das Marés
- | 22:30 | A peste que invadiu o mercado
- | 23:00 | Espetáculo de fogo no palco principal

14 julho Gaspar Frutuoso e as Ilhas da Madeira e Porto Santo Do Livro II de "Saudades da Terra"

- | 19:00 | Abertura do mercado com arruadas
Artefactos bélicos, panejamento e acampamento castrense
Marinheiros fanfarrões e a descoberta das ilhas Madeira e Porto Santo
- | 20:30 | Mendigos, taberneiros e arruaceiros
Marinheiros fanfarrões provocam descalços
Velhos marinheiros contam histórias de monstros marinhos
- | 22:00 | Lenda do Profeta de Porto Santo
Músicas e danças relembram tempos idos de Frutuoso
- | 23:00 | Teatro de fogo no palco principal

15 julho Gaspar Frutuoso e a ilha de Santa Maria Do Livro III de "Saudades da Terra"

- | 19:00 | Abertura do mercado com arruadas
Novos adubamentos de cavaleiros
Encantamentos musicais vindos do Reino
- | 20:30 | Visita do almotacem e do meirinho aos mercados
Danças exóticas e desventuras dos mal-amados
Teatralização da vida e obra de Frei Gaspar Frutuoso
- | 22:00 | Leilão do saque dos piratas a Santa Maria
- | 00:00 | Espetáculo de fogo na escadaria da Matriz

16 julho Gaspar Frutuoso e a ilha de São Miguel Do Livro IV de "Saudades da Terra"

- | 19:00 | Abertura do mercado com arruadas
Apresentação do Homem da Vara aos tendeiros
Treinos dos combates dos cavaleiros-vilões
- | 20:30 | Novos cavaleiros exercitam-se na dança da espada ao desafio
Danças mouriscas e encantador de serpentes
Intervenção d'El-Rei em resolução diplomática
- | 22:00 | Duelos e parlamentação entre cavaleiros
Rábula itinerante de "Saudades da Terra"
- | 00:00 | Malabares de fogo no palco principal

17 julho Gaspar Frutuoso e a História dos Dois Amigos Do Livro V de "Saudades da Terra"

- | 18:00 | Cortejo Solene pelas ruas do burgo
Piratas da Berberia Sarracena atacam o porto
Danças mouriscas, do ventre e thanora
- | 20:30 | Piratas invadem o mercado e aprisionam damas
Teatro do poema de Frei Gaspar Frutuoso, onde a
"Verdade" narra a "Fama"
Toque a rebate e os milicianos combatem os invasores no mercado
- | 22:00 | O médico e amigo de Frei Gaspar Frutuoso, Gaspar Gonçalves
- | 23:00 | Teatro de fogo nas escadarias da Matriz
Passagens dos beleguins para encerramento dos festejos

Participação

Nacional: Almanach, La Giostra, Arraya D'Olos, Cornalusa, Rast, Alota del Tinto, Voix de Ville, Diana Falco, Dança Sufi, Kinessls, Arquelros do Porto Santo.

LOCAL: AJURPE, ASSOCIAÇÃO TRADIÇÕES, ÂNCORA DA VILA, TICOSI, ASSOCIAÇÃO 9°CIRCOS, ESCUTEIROS CNE 645.

Organizadora



A PONTE NORTE

Agente



© CONTINENTE



500 ANOS